



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0379/10	DATA: 15/04/2010
INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 13h22min	DURAÇÃO: 02h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h47min	PÁGINAS: 61	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ADILTON DOMINGOS SACHETTI – Diretor-Presidente da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal de 2014 – AGE COPA. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA – Secretário-Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas.

SUMÁRIO: Debate sobre a organização da Copa de 2014 nas cidades-sede, atrasos nas obras para a Copa e as medidas necessárias para mudar a situação, sem prejuízo para os cofres públicos.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve exibição de vídeo. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Declaro aberta esta reunião de audiência pública, aprovada a requerimento dos Deputados Sílvio Torres e Paulo Rattes, destinada a debater, com os responsáveis pela organização da Copa de 2014 nas cidades-sede, atrasos nas obras para a Copa e as medidas necessárias para mudar essa situação, sem prejuízo para os cofres públicos.

Inicialmente, queria esclarecer que, por proposta da Subcomissão de Fiscalização da Copa de 2014, serão feitas audiências públicas com todas as cidades-sede. A ideia é fazer com 3 cidades-sede cada uma das audiências, pelo fato de termos pouco tempo para realizá-las num ano eleitoral.

Hoje, estava previsto que ouviríamos os representantes do Distrito Federal, do Amazonas (de Manaus) e de Mato Grosso (Cuiabá). O convidado do Distrito Federal, embora tivesse confirmado várias vezes, na última hora disse que não teria condições de chegar a tempo, porque está viajando. Ficará, então, para outra oportunidade.

A Subcomissão é presidida por mim, e a Relatora é a Deputada Rebecca Garcia, que está presente.

Além dessa agenda de audiências públicas, a Subcomissão vai fazer visitas aos Estados e ouvir Ministros que estão envolvidos com a realização da Copa. No próximo dia 29, o Ministro Orlando Silva estará presente em audiência pública para prestar esclarecimentos, assim como o Ministro Márcio Fortes. No dia 6 de maio, viajaremos para a cidade de São Paulo para verificar *in loco* as condições das obras e dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos lá. Posteriormente, iremos ao Rio de Janeiro para fazer a mesma visita técnica.

O objetivo dessas reuniões é acompanhar mais de perto o que vem ocorrendo na organização da Copa. Há uma grande preocupação com o atraso em obras e compromissos assumidos pelo Governo Federal em 2007 — já vai fazer dois anos e meio que o Brasil assumiu esses encargos.

De muitos dos encargos assumidos nem sequer temos notícia sobre o que está sendo feito em termos de segurança, saneamento, hotéis, receptivo. Os aeroportos estão com obras atrasadas, estádios ainda estão indefinidos. Enfim, realmente é uma situação preocupante. Acho que o Congresso Nacional tem que dar a sua contribuição. Aliás, já vem fazendo isso desde o ano passado, quando a

[MSOffice1] Comentário:
Supervisor.:Miranda

[P2] Comentário: Sessão:0379/10 Quarto
Taq.:Luciene Motta Rev.:



Comissão de Fiscalização Financeira e Controle liderou uma rede de fiscalização dos recursos para a Copa de 2014.

Essa rede é formada pela Comissão de Fiscalização da Câmara, pela Comissão de Fiscalização correspondente do Senado, pelo Tribunal de Contas da União, pelos Tribunais de Contas de todos os Estados e Municípios que vão sediar a Copa, pela ONG Contas Abertas, que trabalha informalmente conosco, e também pelo Ministério Público Federal, cujo representante, o Dr. Paulo Roberto Galvão, está presente. Agradecemos a sua presença. O representante do Tribunal de Contas está se dirigindo para cá, a fim de participar desta reunião.

Essa rede vem se integrando desde o ano passado, adotando procedimentos-padrões para fazer a fiscalização em cada Estado e Município. São vários tribunais envolvidos, e cada um tinha o seu modo de fazer a fiscalização. Agora, as fiscalizações serão padronizadas.

Ao mesmo tempo, essa rede implantou, desde dezembro, um portal na Internet, o qual está acompanhando, no tempo em que conseguimos obter informações, todo o desenvolvimento da organização da Copa. Acompanha todos os setores, os investimentos que estão sendo feitos ou propostos, partindo das propostas que foram feitas pelas cidades-sede. A ideia é acompanhar a abertura das licitações, cada desembolso, o andamento das obras. O legado dessas obras também será analisado por esse portal. Há ainda a interatividade do portal com a sociedade, na medida em que qualquer cidadão poderá acessá-lo, fazer críticas, denúncias, sugestões.

O trabalho dessa rede, muito importante, vai se apoiar não apenas no interesse de todos os envolvidos, mas também em instruções normativas do TCU e dos Tribunais de Contas dos Estados, que vão tornar obrigatório o fornecimento dessas informações em tempo real para a rede, para que o portal possa divulgá-las.

Estamos praticamente retomando os trabalhos. A Subcomissão foi instituída recentemente. Encontra-se também presente o Deputado Felipe Bornier, que é o 1º Vice-Presidente da Subcomissão. A Deputada Rebecca acabou de assumir o seu cargo de Relatora. A exemplo do que aconteceu no ano passado, quando, ao final do ano, foi apresentado um relatório bastante minucioso sobre tudo o que estava ocorrendo, inclusive prevendo as dificuldades que estamos enfrentando hoje,

[P3] Comentário: Sessão:0379/10 Quarto
Ta.:Luciene Motta Rev.:



pretendemos, até o meio do ano, fazer um relatório parcial, para atualizar a opinião pública brasileira sobre como a Copa no Brasil está sendo organizada.

Queria consultar o Deputado Felipe Bornier sobre se poderia presidir esta reunião para nós. Vou me colocar com a Deputada Rebecca.

Informo, Deputado, que o representante de Brasília não vai comparecer hoje, porque não conseguiu chegar a tempo. Gostaria de que V.Exa. presidisse e chamasse para compor a mesa os demais membros. Vou voltar lá para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Quero cumprimentar todos os presentes; o Presidente desta Subcomissão, Deputado Silvio Torres; a Relatora, Deputada Rebecca Garcia.

Vamos, então, dar início a esta reunião, convidando os Srs. Rodrigo Camelo, Secretário-Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, em substituição ao Sr. José Marcelo de Lima, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, e Adilton Sachetti, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal — FIFA 2014 (AGECOPA), do Estado de Mato Grosso.

Vamos dar início aos debates, dando a palavra ao Sr. Adilton Sachetti, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal — FIFA 2014 (AGECOPA), do Estado de Mato Grosso.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Bom dia a todos e todas. Cumprimentando o Deputado Silvio Torres, cumprimento todas as autoridades; o nosso Deputado Eliene Lima, do Estado de Mato Grosso, que se faz presente neste momento; o meu colega de agência, também diretor, Yênes Magalhães, que se encontra aqui.

É uma satisfação vir aqui trazer informações de como se encontra a Copa do Mundo no Estado de Mato Grosso.

Primeiro, vou fazer um pequeno relato de como foi conduzida a organização da Copa do Mundo no nosso Estado. Por determinação, na época, do Governador Blairo Maggi, criou-se uma agência para executar as obras inerentes à Copa do Mundo. Não só para as obras, mas para fazer a Copa do Mundo no Estado de Mato Grosso.



Essa agência tem tempo limitado, prazo limitado, vida limitada. É extraordinária, em algumas situações foge dos ritos normais dentro do Estado. Conseguimos ter mais celeridade em algumas ações e situações.

[P4] Comentário: Sessão:0379/10 Quarto
Ta.:Luciene Motta Rev.:

Então, trabalhou-se pela organização da Copa à parte das atividades do Estado, que, no seu dia a dia, tem compromissos com os seus cidadãos, com obras de infraestrutura, em que é carente. Tem demandas sociais específicas. Na visão do Governador e de toda a sua equipe, à parte disso deveria haver uma instituição que pudesse conduzir a Copa sem criar sobrecarga para as secretarias, as autarquias, afinal, para o Estado.

E assim estamos procedendo. Quando fomos criados, já havia compromissos assumidos, o Estado já havia assumido compromissos com a FIFA, assumido compromissos públicos de participação. Foi escolhido como uma das cidades-sede. Depois disso, tinha a aprovação da agência pela Assembleia Legislativa, mas ao mesmo tempo nós tínhamos que andar com o projeto do estádio, porque tínhamos prazos a serem cumpridos. Esses projetos foram tocados até então pela Secretaria de Turismo e pela Secretaria de Infraestrutura do Estado. O projeto do estádio foi desenvolvido, então, pela Secretaria de Turismo, e a sua licitação foi conduzida pela Secretaria de Infraestrutura.

O último ato do Governador Blairo Maggi foi o da homologação da licitação, cujo início se deu no prazo estabelecido originalmente pela FIFA, no mês de agosto. Observamos que do mês de agosto até 30 de março houve uma distância grande. Uma licitação, teoricamente, tem prazo de 90 dias, uma concorrência pública. Essa ultrapassou 180 dias.

Por que isso? A Lei 8.666 tem uma série de exigências que têm que ser cumpridas e uma série de quesitos que, quando suscitados, têm que ser respeitados. Não podemos ultrapassar a lei.

Lançado o edital de licitação do estádio, ao longo do período constatou-se que havia 2 inconsistências nesse edital. Isso foi constatado pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura. Na época, já estávamos dentro da agência e também fomos consultados sobre esse fato. Entendíamos que não tinha por que não dá os prazos legais. Poderíamos, se não déssemos os prazos, ser inquisitados



judicialmente, o que alteraria todo esse processo e quebraria, aí sim, os prazos no final.

Pois bem. Deram-se os prazos, e aí veio efetivamente a apresentação das propostas. Dezoito empresas fizeram a visita técnica para participar dessa licitação. Depois, permitido o consórcio, uniram-se 12 empresas, formando 6 consórcios. Efetivamente, 6 consórcios participaram da disputa, para chegarmos depois ao consórcio ganhador. Mas, mesmo assim, os consórcios começaram a entrar com recursos — o que é um direito líquido e certo que eles têm —, um em cima do outro. Houve uma disputa. O orçamento original era de 398 milhões, e acabou saindo por 342 milhões o preço final do estádio, sem os equipamentos — que fique bem claro: estádio sem equipamentos, sem cadeiras, sem placar e sem a parte de TI. O total licitado era de 398. Saiu por 342, sem equipamento. Para equipamento, será feito agora um pregão separado. Porque entendíamos também, na época, que, colocando na licitação o equipamento, haveria acréscimo de preço. Eu posso licitar direto um placar eletrônico com o fornecedor. Eu posso licitar direto, em pregão, a compra das cadeiras, que são acessórios para o estádio. Isso me tira o BDI da empresa que fizer o estádio, os impostos em cascata que há em cima, e com isso eu consigo reduzir custos. Então, isso foi planejado, pensamos em fazer dessa forma.

Com a disputa, recursos foram apresentados, uma empresa contra outra, e foram abertos prazos. E isso fez com que realmente houvesse um pequeno atraso. Questão de pouco mais de 20 dias, do primeiro prazo dado à FIFA, 30 de março, para agora, meados de abril, fazermos a contratação. A última questão pendente para podermos dar início à obra era a licença ambiental, que no dia de hoje está sendo entregue ao Governador, que se encontra aqui, em Brasília. Está sendo entregue no Palácio, para segunda-feira fazermos a assinatura do contrato da execução da obra. E, mediante a assinatura do contrato, já com os documentos do consórcio ganhador, checado, sem nenhuma ação, já totalmente pronto e homologado para essa contratação, na semana que vem nós deveremos estar dando a ordem de serviço para o início das obras do Verdão.

No que tange a Cuiabá, entendemos que estamos cumprindo o prazo que foi sugerido à FIFA, 3 de maio, para a ordem de serviço para as obras. Muita gente está perguntando, e ouvimos muito isto: nós queremos ver a obra iniciada. Mas o início

[P_62675] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:4 Taq.:Eva Rev.:



da obra efetivo é a ordem de serviço. Emitida a ordem de serviço, a construtora poderá contratar, comprar material. Isso já é o início da obra formalmente feito. Aí, há um cronograma que tem que ser seguido. A partir do momento em que é dada a ordem de serviço, há um cronograma de execução, que deverá ser seguido à risca, porque o compromisso da AGECON com o Governo do Estado é de no dia 30 de dezembro de 2012 estarmos com o estádio totalmente pronto.

O planejamento que nós fizemos e aquilo em que vamos interferir... Eu vi também alguns questionamentos sobre o financeiro, sobre como vamos tocar as obras. O Governo do Estado de Mato Grosso, quando assumiu o compromisso de adentrar a Copa do Mundo, de se candidatar a ser uma das sedes da Copa do Mundo, provisionou recursos para tal. Nós entendemos que temos que ter o mínimo necessário ofertado pelo Estado. Assim foi entendido e assim foi desenvolvido.

O Estado de Mato Grosso colocou no seu orçamento, dentro dos fundos que tem, dentro das receitas que tem para investimentos, 250 milhões/ano, que totalizam 1 bilhão ao longo dos 4 anos, para realizar a Copa do Mundo. Esse é o arranjo que foi feito. Dentro disso, estamos indo ao encontro dos recursos públicos federais existentes para tomar financiamento, porque com 1 bilhão não vamos conseguir cumprir tudo o que há nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande para ser feito.

Nós temos o compromisso assumido. O aeroporto é federal. A INFRAERO é que tem de tomar as providências para a ampliação do Aeroporto de Cuiabá, que não suporta o nível de passageiros que existe hoje. Nós saímos de 350 mil a 400 mil passageiro/ano e, na mesma estrutura, no ano passado, batemos 1 milhão e 700 mil passageiros. A capacidade já está superada, ultrapassada. Quantos passageiros teremos daqui a 4 anos? Se sairmos com esse índice de crescimento, daqui a 4 anos vamos ter, no mínimo, de 2,5 milhões a 3 milhões de passageiros/ano, fora o pique que vai ter no período da Copa do Mundo.

Um milhão e 700 passageiros/ano. Impressiona o crescimento que houve em Mato Grosso para a demanda aeroportuária. E o nosso aeroporto começou uma reforma, teve problema, parou no meio, trocou a empresa que estava fazendo a obra. Nós ficamos andando na chuva e no sol lá em Mato Grosso. Trazer um turista do exterior para Cuiabá nas condição em que se encontra o nosso aeroporto nos deixa envergonhado. Para pegar uma bagagem na esteira lá, espera-se, no mínimo,



meia hora. Há um empurra-empurra. A pessoa tem que estar bem fisicamente, porque vai levar cotoveladas e ser empurrada. Às vezes, chegam 4 voos ao mesmo tempo, e só há 2 esteiras. Duas esteiras de 10 metros de cada lado, extremamente pequenas. Operam, mas não para a necessidade. Seriam para muito menos. Então, a nossa grande preocupação hoje talvez seja o aeroporto.

Dentro da questão aeroporto, houve o compromisso do Estado de bancar os financiamentos para a mobilidade urbana. A matriz de responsabilidade já está assumida com o Governo Federal. Estamos em fase de desenvolvimento de projetos, porque também nos parece — e quem vive na gestão pública sabe do que falamos — que o gargalo brasileiro é gargalo técnico de projeto. Vocês, Deputados, vivem isso. Você tem uma emenda, muitas vezes tem o recurso, faz o empenho, mas não consegue realizar lá na ponta por falta de projeto, por dificuldade de projeto. É uma coisa em que temos muita dificuldade.

Quando a AGECPA começou a funcionar, faltava projeto. Há muito projeto conceitual. Os projetos conceituais estão todos feitos. Mas não há projetos para a contratação da obra, os projetos básicos ou os executivos. E projetos básicos e executivos não fazemos em 1 dia, porque demandam levantamentos, sondagens, pesquisas, o lado técnico, o que muitas vezes demora 3, 4, 5, 6 meses para ser feito. Então, neste momento, a parte de mobilidade, dentro do cronograma firmado entre o Governo do Estado e o Ministério das Cidades, que aprovou para Cuiabá 454 milhões, está em fase de desenvolvimento de projetos.

Além disso, dentro de Cuiabá temos a interferência urbana da malha rodoviária federal. Três BRs são as principais avenidas de Cuiabá, cortam a cidade. Estão dentro da cidade. Também havia a intenção e o compromisso anterior, de outras épocas, de outras tratativas, de o DNIT fazer investimentos na cidade. E nós encaminhamos todos os projetos ao órgão. Já está protocolado no DNIT um pacote de projetos das intervenções urbanas que teriam que ser feitas nas áreas de interferência do órgão. Depende, então, de esses recursos agora tramitarem dentro do DNIT para ocorrer a efetivação dessas obras.

Então, o compromisso que nós temos, o Estado de Mato Grosso com a sociedade, o nosso Estado com o Brasil e com a Copa do Mundo, é fazer aquilo que foi preconizado com a FIFA: aeroporto, mobilidade urbana, centros de treinamento,



estádio e *fun park*. Essas obras serão prioritárias. É nessas obras que estamos nos debruçando, trabalhando.

É claro que Cuiabá e Várzea Grande — 2 cidades que se fundem numa só, porque são divididas pelo rio — têm uma expectativa muito grande com a Copa do Mundo. Toda a sociedade espera que a Copa do Mundo traga alguma transformação para ela. O empresário sonha que se desenvolva o turismo, a parte mobiliária sonha que a cidade cresça e se desenvolva, mas, principalmente, o cidadão imagina que a Copa do Mundo vai trazer melhorias para ele também.

A nossa cidade tem muitas carências e precisa de investimentos no sentido da melhoria urbana. É uma cidade que por muito tempo demandou investimentos e não conseguiu alçá-los e cresceu de forma acentuada. O Estado de Mato Grosso, principalmente Cuiabá e a Baixada Cuiabana, nos últimos anos teve crescimento acentuado. O nosso Estado foi, talvez, um dos últimos Estados de migração dentro do nosso País. Isso fez com que Cuiabá inchasse em pouco tempo.

Eu posso testemunhar isso, como cidadão mato-grossense — sou paranaense de criação e catarinense de nascimento, mas há 27 anos fui para Mato Grosso. Nesses 27 anos, a cidade de Cuiabá cresceu muito. Quando chegamos a Cuiabá, havia 200 mil habitantes. Hoje, Cuiabá e Várzea Grande já estão com 800 mil habitantes. A Baixada Cuiabana tem 900 mil habitantes. Então, em mais de 20 anos, cresceu 4 vezes.

As infraestruturas urbanas não conseguiram acompanhar essa velocidade de crescimento. Então, o foco da AGE COPA vem no sentido de contribuir, sim. Trabalharemos em tudo em que for possível contribuir para a cidade-sede. Se melhorarmos a cidade, vamos ter um produto melhor para apresentar para quem visitar o nosso Estado. Mas, principalmente, vem no sentido de cumprir os compromissos assumidos: mobilidade urbana, centro de treinamento, *fun park* e estádio. Principalmente o estádio, porque sem este não há Copa do Mundo.

Acho que seria este o relato de como estamos, qual é a nossa situação no dia de hoje. Qualquer dúvida, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Quero agradecer as palavras do Sr. Adilton Sachetti, Diretor-Presidente da Agência Estadual de



Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal — FIFA 2014 (AGECOPA) do Estado de Mato Grosso. Usou os seus 20 minutos, corretamente.

Dando prosseguimento aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Camelo, Secretário-Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, em substituição ao Sr. José Marcelo de Lima, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas. S.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Obrigado. Bom dia a todos. Bom dia, Deputado Felipe Bornier, Deputado Silvio Torres, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Eliene Lima, meu colega Sachetti, de Mato Grosso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Não vamos reabrir. Manaus também tem uma situação com o Pará, que, na verdade, está toda resolvida no presente momento. Acho que já está acertada essa situação.

Bem, eu estou presente no Governo do Estado do Amazonas desde o início do processo de candidatura da cidade de Manaus a sede da Copa de 2014, e temos trabalhado no sentido de colocar ordem em casa desde o princípio.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou começar pelo processo licitatório da arena. Nós começamos a nos mobilizar tentando adiantar o processo desde o ano passado, 2009, quando lançamos o procedimento de pré-qualificação para a construção da arena da Amazônia. Acho que tenho aqui uma imagem dela, vou deixá-la ao fundo. É uma imagem bem conhecida por todos, o *slide* nº 1 da apresentação. É uma arena bastante moderna, um marco arquitetônico para a cidade. Vocês vão entender a importância dela para a cidade não somente pela questão do futebol, porque, como os senhores não devem ouvir, o futebol amazonense não aparece muito, não figura muito nas nossas televisões, não há um time de expoentes como nós temos no restante do País. Contudo, o futebol amazonense é uma paixão do morador do nosso Estado. Nós temos lá um campeonato de futebol amador que figura no *Guinness Book* como um dos maiores do mundo.

Temos aqui projeto arquitetônico numa região — vou mostrar mais adiante — bem centralizada da cidade. Não carece de área nenhuma para empreendermos e fazermos dessa região uma nova centralidade.



Bem, voltando ao processo licitatório, hoje eu posso dizer que no dia 19 do mês passado demos o pontapé inicial a uma das obras de maior volume do Brasil. Sabemos que os nossos colegas de Mato Grosso também têm uma obra de volume semelhante. Outros Estados estão optando por fazer reforma de estádio. O nosso apresentava uma série de dificuldades que impossibilitavam o atendimento dos requisitos técnicos da FIFA. Então, quisemos adiantar todas essas questões legais passando por um processo de pré-qualificação.

Só adiantando um pouco, nós tivemos dificuldade, a exemplo dos nossos colegas, com o Ministério Público, que nos apontou, mediante recomendação conjunta, algumas observações, inclusive pedindo que abortássemos esse processo de pré-qualificação. Isso findo, eu posso dizer a vocês que, com o início das obras no dia 19, o segundo processo licitatório chegou ao cabo completamente aceito, dentro da legalidade e fiscalizado bem de perto pelo Ministério Público. Nós temos como vencedora a construtora Andrade Gutierrez. Vou colocar o valor da obra no próximo *slide*.

A proposta vencedora, então, foi em torno de 500 milhões. Nós fizemos uma opção por já colocarmos embarcado nesse processo licitatório a parte de TI e a dos assentos. Então, é uma arena que vem com esse valor na modalidade *turn key*. A nossa preocupação, apesar de estarmos cientes do custo do BDI, que vai ser observado, claro, pela construtora, é que nós tínhamos o compromisso estrito de entregar o estádio na data. Então, nós reduzimos a nossa complexidade de gerenciamento e de compras adicionais fazendo tudo num só pacote. O valor inicial de referência era de 505 milhões. Ficou um pouco abaixo disso, 499. Temos aí uma opção por não termos ido para os consórcios, e isso foi discutido também com o Ministério Público.

Nós queremos uma construtora de peso no Brasil. Nós temos aqui uma série de construtoras que seriam adequadas, em termos de volume de faturamento, em termos de volume de negócios, em termos de histórico no Brasil, que poderiam dar uma segurança à nossa obra. E não temos nenhum problema com relação a nenhuma parada, nenhuma dificuldade de empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Os equipamentos não estão incluídos? É isso que o senhor está...?



O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Estão incluídos, sim, desde o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Ah, estão incluídos. Estão todos...

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Estão incluídos. Daí o valor diferenciado com relação à obra do nosso colega aqui do Mato Grosso. Então, hoje nós temos o placar eletrônico e os assentos. Os assentos inclusive foram, no momento da licitação, objeto de vários itens de recomendações que a FIFA tinha emitido até aquele momento, acho que em número de 6, que envolviam desde iluminação, assentos, gramado; todos eles foram colocados como anexo no processo licitatório, e daí estarmos assegurando, neste momento pelo menos, o atendimento dos requisitos da FIFA.

Não preciso lembrar aos colegas Deputados que a FIFA se resguarda, por força daquele acordo que foi assinado junto às cidades, o *host city agreement*, o direito de fazer as mudanças necessárias até o início realmente dos jogos. Então, nós podemos, sim, ter algumas modificações, e isso, é claro, vai ser negociado junto à construtora, caso necessário — mudança de tecnologia, alguma coisa nesse sentido —, mas a nossa preocupação sempre foi assegurar a entrega do estádio até 2012, para nós podermos ser elegíveis para a Copa das Confederações em 2013. Manaus tem todo o interesse de participar, é claro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nesse sentido, nós temos até algumas informações iniciais sobre a geração de empregos na obra. Nós temos aqui: diretos, 1.500; mais 4.500 indiretos. Acho que eu tenho um outro *slide* sobre isso. Pode passar. Não, o próximo já é sobre o monotrilho. Eu vou falar um pouco de mobilidade urbana, só deixando bem claro, então, que Manaus é uma das cidades que iniciaram as obras dentro do prazo. O prazo final da FIFA está expirando agora em maio, e nós estamos tranquilos com relação a isso. Mas, ainda sem sair do assunto da arena, eu quero levantar aqui o assunto do financiamento.

Quanto aos trabalhos, a carta-consulta foi submetida inicialmente ao BNDES; nós entendíamos que poderia haver uma pendência ou outra, mas nós fizemos questão de entregá-la em mão aos técnicos do BNDES. Estivemos em reunião por toda uma tarde, justamente fechando os pontos necessários, para poder assegurar



esse financiamento o mais brevemente possível. Nós também fizemos uma reserva orçamentária que garantiria a obra para o início deste ano, mas, é claro, já levando em consideração essa contrapartida do Governo Federal, que vem mediante esse empréstimo oneroso do BNDES.

Nós estamos, sim, então, em fase bem avançada de obtenção desse empréstimo junto ao BNDES; na verdade, o que nós temos pela frente agora é só a fase de aprovação, uma formalidade, que é a entrega de uma informação do LOC, justamente um dos documentos exigidos pelo BNDES, conforme exposto na reunião que nós tivemos com os técnicos. Então, isso junta-se com os recursos estaduais, e é claro que nós colocamos adicionalmente os recursos para o gerenciamento da obra, que também está em processo licitatório. A licitação foi aberta na semana passada, perdão, na semana retrasada, e teremos em breve a contratação da empresa que vai fazer o gerenciamento dessa obra, conforme também exigido pela FIFA.

Nosso projeto foi aprovado de início por uma entidade certificadora, em termos de qualidade ambiental, digamos assim, o LEED *certification*, e também estamos buscando agora a contratação, que já está em fase avançada, da consultoria que vai fazer o acompanhamento dessa construção, também atendendo aos critérios da FIFA em termos de prédios verdes, o Green Building Council americano.

Eu vou entrar um pouco agora no mérito da mobilidade urbana, no qual o principal projeto do Governo do Estado do Amazonas é o monotrilho, complementado pelo BRT. Entre as responsabilidades que foram definidas, e foram ratificadas mediante a assinatura da Matriz de Responsabilidades em janeiro, aqui em Brasília, junto ao Governo Federal, ao Governo estadual e à Prefeitura, nós temos aqui, como expoente, esse projeto do monotrilho, e eu gostaria de exibir, depois do próximo *slide*, um vídeo, se me permitirem, só para mostrar a ideia principal do traçado e o atendimento desse projeto, em termos da cidade de Manaus.

Então, Manaus, como eu estava dizendo anteriormente, é uma cidade que realmente atingiu um porte muito grande. São mais de 1,6 milhão de habitantes só na Capital. E nós temos uma preocupação ambiental muito grande. Por conta do



pólo industrial de Manaus, nós conseguimos concentrar e reduzir o desmatamento no interior; portanto, Manaus é, digamos, uma cidade-Estado, porque, afinal de contas, mesmo isolada, no meio da mata, consegue ter essa concentração populacional tão grande. E a nossa cidade, com esse aumento populacional, passa, como todas as outras Capitais, por dificuldades em termos de mobilidade urbana.

Alguns podem considerar como desvantagem, mas é uma vantagem o fato de o nosso estádio estar localizado numa região central. Eu vou mostrar mais à frente um *master plan* que mostra como é que vamos energizar a região central da cidade, nossa nova centralidade que queremos trazer para lá, mas os senhores vão entender que o monotrilho, passando em frente também ao estádio, vai poder potencializar negócios para a arena, e isso vai ajudar no critério de sustentabilidade, que foi uma preocupação desde o início. Então, com o nosso parceiro, a Consultoria Deloitte, fizemos um estudo de viabilidade e sustentabilidade, assegurando, mostrando projeções de como seria possível, então, a manutenção dessa arena, mediante a energização de alguns negócios em torno dela.

Podemos passar para o próximo? Aqui, parece que o traçado não vai favorecer muito, mas esse é um traçado que vem desde a região da zona leste da cidade, passando pela região da zona norte. Para os senhores terem ciência, são as regiões mais populosas da sede, de Manaus. Passa depois pelo eixo central, por uma avenida chamada Constantino Nery, chegando até o centro. Então, são 20,2 quilômetros, passando por e integrando alguns terminais principais, em torno de 4 terminais na cidade, que são os principais terminais que nós temos. Ficam apenas 2 terminais de fora, que vão ter uma integração que o BRT da Prefeitura vai terminar, vai concluir, garantindo-se assim uma boa integração, uma boa movimentação urbana.

No próximo *slide* nós vemos o modelo, vemos como seria uma dessas estações. Mas eu gostaria neste momento de, se puder, exibir um dos vídeos. Qualquer um deles já está bom. Vamos mostrar um, depois o outro; são curtinhos, é só para os senhores terem uma noção do potencial desse projeto.

(Exibição de vídeo.)

Os senhores veem aí o detalhe da maquete eletrônica do monotrilho. Esse projeto inicialmente estava orçado, a parte do monotrilho, em R\$ 1,307 bilhão. Ele é

[p8] Comentário: Sessão:0379/10 Quarto
Taq.:Maria Cristina Rev.:



um projeto realmente de grande vulto, mesmo porque essa é uma infraestrutura não somente para a Copa do Mundo, mas para a cidade. Nós estamos, como todas as outras cidades, aproveitando essa possibilidade como um vetor de crescimento.

Nós conseguimos esses financiamentos. O que foi acertado na nossa Matriz de Responsabilidades, junto ao Governo Federal, foi que teríamos disponíveis, mediante empréstimo na Caixa Econômica, R\$ 600 milhões para o monotrilho e R\$ 200 milhões para o BRT, totalizando a captação de recursos de R\$ 800 milhões para a cidade de Manaus, em termos de mobilidade urbana. É uma cidade maior; então, ela realmente precisaria de recurso adequado.

Os senhores veem aí os detalhes dessa maquete. Essa é uma das estruturas. Nós temos aí um exemplo de estação modelo, toda coberta, de arquitetura bem leve. Uma das estações principais desse projeto vai estar justamente na frente da nossa arena, na frente do nosso estádio, possibilitando então a integração e o acesso fácil a esse novo aparelho urbano. Ao contrário do que aconteceu com o Engenhão, nós estamos preocupados, sim, e bastante, com a mobilidade, com o acesso de toda a população a esse aparelho urbano.

E vemos aí o segundo vídeo. Eu sei que não vai ser simples para os senhores entenderem a disposição dos bairros de Manaus. Mas vemos aqui, então, Manaus, localizada no encontro das águas dos Rios Negro e Solimões. Os senhores podem verificar que o monotrilho passa praticamente pela cidade toda. Começando nessa zona leste, vemos aí as paradas — essa é uma imagem do *Google Earth*; então, talvez os senhores possam entender um pouco do traçado —, até chegar ao Centro Histórico de Manaus. É importante chegarmos até o Centro Histórico, não somente pelo turismo, mas porque Manaus é uma cidade que foi crescendo a partir da frente do rio, é claro, e na maioria das cidades acontece dessa forma, mas até hoje nós mantemos essa grande necessidade, essa grande vocação do transporte fluvial.

A integração com o interior é muito importante, e é feita principalmente por barcos. Afinal de contas, nós não temos rodovias grandes interligando o interior; as poucas que temos ainda estão em situação ou de construção ou então de trânsito não muito fácil. Então, todo o nosso transporte precisa, em rigor, passar pelo Porto de Manaus, para conseguir distribuir-se por toda a cidade. Esse processo inclusive auxilia a questão turística, porque esse porto tem uma parte privatizada. O Porto de



Manaus é de grande calado, em que podem aportar transatlânticos em número de 2, inclusive até 3, possibilitando também aos turistas terem acesso fácil. E também é até uma alternativa de hotelaria, na época da Copa, nós conseguimos colocar aí 2 ou 3 transatlânticos, possibilitando o acesso. E com isso o monotrilho também auxiliaria o acesso desses torcedores que chegassem ao porto diretamente até a nossa arena, tendo em vista que nós passamos pelo Centro Histórico até chegar lá.

Aqui, temos alguns exemplos de patrimônios históricos, porque temo-nos preocupado bastante com preservá-los, apesar de estarmos chegando com essa obra até o centro da cidade. Recentemente, anteontem mesmo, tivemos uma outra conversa com o Ministério Público. Fomos convocados para uma reunião e tivemos a apresentação de uma recomendação conjunta deles, com a preocupação de algumas premissas que deveriam ser observadas também, nesse projeto do monotrilho. Como isso é bastante recente, estamos analisando essas premissas, e vamos conseguir endereçá-las de tal sorte que consigamos fazer prevalecer a abertura das propostas e a finalização do processo licitatório agora, no dia 28 deste mês de abril. Portanto, sem ser nessa próxima quarta, na outra vamos receber as propostas dos consórcios — essas, sim, consorciadas — para a contratação realmente dessa obra do monotrilho.

Podemos voltar para a apresentação, por gentileza.

(Segue-se exibição de imagens.)

Podemos passar para o próximo. Aqui nós temos alguns dados, alguns *facts* desse projeto, inclusive com a capacidade de transporte, e só vou mencioná-la: ela vai chegar, em horário de pico, a 20 mil passageiros por hora, atendendo realmente aos pré-requisitos, agora, neste primeiro momento, da cidade de Manaus, e pode ser duplicada pela adição de mais trens. Então, essas informações estão todas disponíveis no *site* www.manauscopa2014.com, e essa apresentação inclusive vai estar disponível lá em breve.

No próximo *slide*, temos a questão da geração de empregos. São 2.800 direitos, durante a obra. Desculpem: são 2.800, sendo 700 diretos e 2.100 indiretos, e durante a operação mais 300, para fazer o sistema funcionar.

Vamos para o próximo. Essa é a concorrência pública que eu estava mencionando para os senhores, a 31/2010. A abertura é dia 28 de abril, e o valor de

[p9] Comentário: Sessão:0379/10 Quarto
Taq.:Maria Cristina Rev.:



referência agora é de R\$ 1,320 bilhão; com financiamento da Caixa, de R\$ 600 milhões. E estamos buscando e temos alguns recursos estaduais assegurados para a contrapartida desse projeto.

Aqui eu queria só mostrar um pouco do *master plan* que nós projetamos para a região da arena. Podem verificar que a arena fica ali mais à direita; ao lado dela temos o Centro de Convenções e uma arena poliesportiva, que servirá de *media center* durante a operação da Copa. E temos nesse lado aqui, onde fica atualmente nossa Vila Olímpica, uma possibilidade de energizar e de desenvolver imobiliariamente essa nova centralidade, com isso também buscando a viabilidade econômico-financeira de todos os empreendimentos aqui.

Podemos passar para o próximo. Temos outras visões aqui. Vamos em frente. Nós vemos aqui, então, a perspectiva da arena. Temos aqui um aparelho urbano que já existia, o sambódromo, e por trás a nova projeção, pelo menos conceitual, de como ficariam os prédios comerciais de entretenimento que prevemos nós aqui para trás.

Mais um, por favor. Acho que vamos para o último. Temos aqui, então, um diagrama, mais ou menos dispondo as projeções, e com base nesse diagrama nós fizemos também a locação das áreas de que a FIFA necessita, tanto para os afiliados comerciais até para as áreas VIP, V-VIP, *media center*, *TV Compound*. Esse é o projeto que nós submetemos ao LOC para aprovação e obtenção do financiamento junto ao BNDES. Então, eu, basicamente, queria deixar aberto isso aqui.

Podemos passar para o próximo. Isso aqui é uma composição também de como chegamos à decisão de realmente manter o estádio nessa colocação, devido a várias vocações comerciais e de empreendimentos imobiliários nessa região.

Com isso eu termino, e coloco-me aqui à disposição para dirimir eventuais dúvidas. Presidente, devolvo aqui ao Deputado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Quero agradecer aqui as palavras do Sr. Rodrigo Camelo, Secretário Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dizer da tristeza da nossa Comissão de não ter a participação, hoje, do Sr. Sérgio Lima, Coordenador do Comitê Organizador da Copa 2014 no Distrito Federal. Acho que ele está no Rio de Janeiro, e teve problemas aqui



na hora de embarcar, mas poderia ter-nos mandado um representante, porque eu acho que esta é, com certeza, uma oportunidade de debatermos de perto os problemas e os cronogramas de todos os Estados brasileiros, e eu acho que o Distrito Federal tem um papel muito importante. Em breve vamos convidá-lo novamente para estar presente, junto com os coordenadores de outros Estados.

Vamos agora passar ao debate, concedendo a palavra ao Deputado Silvio Torres, autor do requerimento da presente audiência pública, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria também agradecer a presença ao Dr. Adilton Sachetti, que é o Diretor-Presidente da AGE COPA, do Mato Grosso, e ao Dr. Rodrigo Camelo, Secretário Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas. Como eu disse no início, na abertura da nossa audiência pública, é muito importante a presença dos senhores, e aliás as exposições já nos remetem um pouco à frente, para dirimir algumas dúvidas que ainda remanescem, e também para podermos, digamos, democratizar um pouco mais a organização desses eventos.

O Brasil está fazendo um esforço. São 12 sedes. É muito difícil a sociedade acompanhar o que está acontecendo em cada uma dessas sedes, assim como é difícil, talvez para os senhores mesmos, mostrar ao Brasil todo o que é que cada um está fazendo, e quais são as razões que justificaram a briga tão grande que houve para sediarmos a Copa de 2014.

Eu tinha inicialmente perguntado à Deputada Rebecca se gostaria de fazer as primeiras perguntas, mas ela preferiu ficar para depois. Então, eu vou levantar aqui alguns pontos, fazer alguns comentários por cidade-sede, porque eu anotei separadamente.

Bem, eu tenho aqui um levantamento que foi feito por nossa assessoria da Matriz de Responsabilidades, documento que foi enviado a esta Subcomissão pelo Ministério das Cidades. Nós temos também aqui os levantamentos feitos pela ABDIB, que foi contratada pela CBF e pelo Ministério dos Esportes para fazer o levantamento de todas as cidades que estavam propondo serem sedes. Acho que esses levantamentos são de 2008, até, porque até então havia 18 concorrentes para

[p10] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:10 Taq.:Maria Cristina Rev.:



as 12 sedes. Então, talvez alguns dados não estejam muito atualizados. Eu vou discorrer um pouco sobre eles. E também o SINAENCO fez um trabalho de diagnóstico das cidades-sede que nós conseguimos trazer aqui, além de informações que nós recebemos dos Tribunais de Contas dos Estados que estão sediando a Copa.

Então, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer para Cuiabá, e vai servir, evidentemente, para Manaus, é: qual é o nível de transparência que os senhores estão adotando para mostrar à sociedade local onde está sendo gasto o dinheiro, de que forma está sendo gasto, qual o legado previsto, de onde vem a fonte de financiamento, enfim, todas as informações que acho que são interessantes para todos? Eu queria saber como é que os Governos estão lidando com isso.

E eu começaria até pedindo a consideração do Dr. Adilton sobre o que a imprensa noticiou acerca do projeto, aliás, do segundo projeto, parece-me, que foi feito do estádio de Cuiabá — é o Verdão, não é? —, e que teria sido feito sem licitação. Quais as razões que o justificam? Se não me engano, são R\$ 18 milhões. Foi o que custou esse projeto que foi contratado sem licitação. E queria saber também se o estádio, o projeto do estádio foi refeito, se a previsão inicial era um tipo de estádio e depois ele foi, digamos assim, adaptado aos próprios recursos previstos, e se a FIFA está de acordo, se a FIFA já deu o o.k. para o estádio de Cuiabá, porque alguns estádios do Brasil ainda estão sendo questionados.

Seis consórcios participaram da licitação, segundo a sua informação; R\$ 342 milhões é o custo da construção dos estádios, sem os equipamentos. Eu gostaria de saber quanto vão custar os equipamentos, se os senhores já têm uma previsão, e se essa contratação já vai ser feita concomitantemente, se o edital de licitação também já saiu para os equipamentos, ou se está sendo feito.

Há uma outra questão que eu gostaria de levantar sobre o estádio. É que, segundo o SINAENCO, um desafio, na construção do estádio, é a questão do público potencialmente avaliado para poder sustentar esse estádio. É a tal questão do legado, não é? Nós sabemos que há um risco muito grande de serem construídos estádios que depois não se sustentam, e aí passam a ser um ônus para os Governos, e um ônus bem pesado. Eu andei visitando estádios na Alemanha, na África do Sul, e também eles tiveram esse tipo de problema. Só para citar, na



Alemanha 2 dos estádios viraram elefantes brancos, especialmente o de Leipzig, que não tem nenhuma utilidade, porque o futebol nesse lugar não o sustenta, e também a renda média da população não sustenta um estádio multiuso, para grandes eventos e tal. Quer dizer, como é que foi feita essa análise por parte do Governo? Tem-se uma idéia de quanto vai custar a manutenção disso para o Governo? Ou isso vai passar para a iniciativa privada, como fizeram com alguns estádios fora do Brasil também?

Uma outra questão: o estudo da ABDIB prevê — os levantamentos foram feitos, como disse, em 2008 —, sobre telecomunicações, por exemplo, que o serviço de banda larga hoje é insuficiente, está abaixo do nível mínimo de exigência. O que é que está previsto para essa questão de telecomunicações lá? Isso é uma responsabilidade do Governo Federal ou do Governo do Estado? Da mesma forma, sobre a rede hoteleira, o estudo da ABDIB mostra que as taxas de ocupação para hotéis não estão nos indicadores mínimos. Percebe-se que há necessidade de investimentos em todas as categorias, à exceção dos leitos da supereconômica, que apresenta boa oferta. O Governo está monitorando isso, ou deixou por conta da iniciativa privada? Há incentivos, por parte do Governo, para a rede hoteleira?

Sobre pontos de atenção, na questão da segurança, o estudo da ABDIB mostra que o efetivo de policiais civis está acima dos números ideais, mas o de policiais militares não. Por isso, precisaríamos de investimentos também na área de segurança. Gostaria que o senhor dissesse se também está de acordo.

E para a questão da mobilidade urbana, o estudo do Governo Federal prevê R\$ 481 milhões em investimentos. Eu não entendi se as intervenções urbanas do DNIT estão incluídas. Esses R\$ 481 milhões seriam: para o BRT que vai para o aeroporto, R\$ 317 milhões; para o BRT Coxipó, R\$ 132 milhões; e o BRT Corredor Mário Andreazza, R\$ 31 milhões, todos os 3 com financiamento da Caixa. O representante do Amazonas disse qual é o aporte que a Caixa vai fazer, qual vai ser o financiamento da Caixa. Eu queria saber quais são os valores que a Caixa vai colocar, e qual vai ser a contrapartida do Estado.

E há outra questão que o senhor citou também, a do *fun park* e do centro de treinamento. Quem vai bancar? Os *fun parks* serão entregues à iniciativa privada; e



o centro de treinamento, quem vai bancar? Já estão incluídos nesses custos de R\$ 400 milhões? Ou não estão?

Basicamente, é isso. Eu peço que confirme aqui apenas isto: o senhor disse que em maio as obras já estarão em andamento, praticamente, com a ordem de serviço, com previsão de ficarem prontas até 30 de dezembro, porque querem candidatar-se à Copa das Confederações; e o senhor disse também que tem R\$ 1 bilhão reservado para 4 anos, para a Copa; é tudo recurso do Estado? Eu queria saber se é recurso do Estado, e se já está no Orçamento e no Plano Plurianual.

Acho que seriam essas as questões que eu anotei aqui. Muito obrigado.

E eu queria fazer, então, Sr. Presidente, rapidamente, também a Manaus a mesma pergunta sobre a questão da transparência. Eu não sei, eu não consegui anotar para quando está previsto o término das obras do estádio de Manaus.

E queria também perguntar aos 2 o número de turistas que estão imaginando, que está previsto receberem, e qual é o impacto econômico, o retorno para a economia local.

E uma outra pergunta que eu também gostaria de fazer é sobre um assunto que foi levantado aqui pelos estádios privados, sobre a questão das exigências da FIFA com relação a lux, à quantidade necessária de lux. Só para posicionar — porque eu acho que os senhores já sabem, mas talvez alguém que nos esteja ouvindo não saiba —, hoje, basicamente, um estádio como, por exemplo, a Arena da Baixada, que é um estádio mais ou menos do porte de ambos, funciona com 600 lux; é a luminosidade necessária para poder fazer jogos de dia e à noite, jogos noturnos e tal. E a FIFA levantou uma exigência de 2.500. Isso significou, só lá, um impacto de R\$ 10 milhões nos custos. Eu queria saber como é que os 2 estádios trataram disso, se as exigências foram as mesmas, e em quanto isso impactou.

Sobre a Arena da Amazônia, eu queria saber se o projeto foi licitado, se foi feita uma licitação, ou se foi contratado sem licitação, a exemplo do que aconteceu em Cuiabá, e se o Ministério Público acompanhou também essa questão. E, sobre os recursos estaduais para gerenciamento das obras, quando isso vai custar? Para isso está sendo feita também uma licitação? Essa informação também não foi dada. E já houve o início das obras do estádio? Não sei se o senhor chegou a dizer. Eu não me lembro, não anotei.

[p12] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:12 Taq.:Gilberto Rev.:



Foi dito que há uma contrapartida, que os senhores estavam cuidando da contrapartida de R\$ 600 milhões para o financiamento da obra mais importante, que é esse monotrilho. A ideia é fazer uma parceria público-privada, ou vai ser dinheiro só do Orçamento? A Copa vai custar, pelas contas que nós temos aqui feitas, só para checar: R\$ 1,3 bilhão para o monotrilho; mais R\$ 230 milhões para o BRT Eixo Leste-Centro; mais R\$ 31 milhões para o Corredor Mário Andreazza, tudo isso financiamento da Caixa; e depois mais R\$ 500 milhões para a construção do estádio. Quais outros custos o Governo vai assumir? Eles estão previstos no Orçamento? Qual o total de recursos estaduais?

Sobre outros pontos que também foram levantados pela ABDIB eu queria só, rapidamente, fazer algumas observações, para ver se poderiam responder-me. Por exemplo, na questão dos transportes, relata aqui a ABDIB que, embora a pista do aeroporto esteja longe da saturação, o terminal de passageiros está operando em supersaturação e necessita de investimentos desde já. Essa é uma realidade. Quais serão os investimentos para atender à necessidade de agora? É a mesma situação de Cuiabá.

Foi anotado aqui também que o acesso à banda larga está abaixo do nível mínimo. Eu quero saber como se está tratando disso, e se todo esse investimento no monotrilho, que será o legado, resolve a questão de transporte coletivo em Manaus, que parece que é muito problemática. Eu queria saber quais são as possibilidades disso. E há a questão do saneamento, que nós sabemos que era uma questão meio complicada, lá em Manaus.

Bem, Sr. Presidente, eu encerro aqui. Depois, se houver mais alguma dúvida, vou voltar a falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Quero agradecer ao Deputado Silvio Torres as perguntas e cumprimentar os nobres Deputados que aqui se encontram também, o Deputado Eliene Lima, do PP do Mato Grosso, e o Deputado Wellington Fagundes, do PR do Mato Grosso. Muito obrigado por suas presenças aqui.

Eu gostaria de consultar o Plenário sobre qual é a melhor forma de fazermos o debate. Vamos abrir a palavra para os Deputados agora, ou vamos passá-la para os expositores, para responderem?

[P13] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:13 Taq.:Luciene Fleury Rev.:



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Então, passamos para os expositores.

Passo aqui a palavra para o Sr. Adilton Sachetti, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal, Estado do Mato Grosso.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - O Deputado Silvio Torres fez-nos aqui algumas perguntas que não eu vou conseguir responder, mas prometo ao senhor que vou passar-lhe os dados formalmente, para esclarecimentos, porque algumas coisas são extremamente técnicas, e eu não saberia dar-lhe a resposta, mas a maioria eu posso responder.

Quanto à questão da transparência da AGECPA, nós temos um Conselho Consultivo formado por entidades da sociedade, que recebe informações sobre o que está acontecendo, além de um portal onde todos os atos da AGECPA estão postados e além do compromisso de transparência com os órgãos de controle que existem. Inclusive, no Estado o Ministério Público já criou uma comissão para cuidar da Copa do Mundo, para haver celeridade, principalmente — foi o que nós pedimos, e está acontecendo, já — celeridade na fiscalização, e celeridade também nos Tribunais, na decisão. Não interessa a nós pedir que façam qualquer coisa fora da lei, mas que ajam, com a lei, na rapidez dessa necessidade. Nós precisamos ter agilidade. Nós não podemos ser inquiridos, por alguma atitude, por algum cidadão que queira algum esclarecimento ou tenha necessidade de algum questionamento, e isso travar-se nos ritos normais de um Tribunal, porque aí nós não teremos Copa do Mundo nem em Cuiabá, nem em lugar nenhum do Brasil. O que nós pedimos, e já aconteceu, nós já tivemos exemplo disso, é que haja celeridade. Então, o Ministério Público, nas ações que lhe são dirigidas, tem dado um prazo para a abertura ou não, e tem sido cumprido esse prazo. Já fomos inquiridos, e já foram encaminhadas à Justiça também ações de cidadãos que entenderam que tinham algum direito em relação àquilo que nós vamos fazer, questionaram-nos, e a Justiça também foi célere, nesse sentido. Já deu o resultado, já deu a decisão que tinha de dar, ou favorável, ou não favorável — é uma questão jurídica —, mas foi parceira no contexto.



Então, nessa linha da transparência, nós colocamos à disposição de todos as informações no nosso portal, e também há o Conselho Consultivo, que é composto pela sociedade civil organizada. Ali estão o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado, as entidades sociais todas. Afinal, toda a sociedade tem de ter a informação.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu esqueci de fazer uma pergunta, e gostaria de fazer para os 2: qual é o modelo de organização do Comitê de Organização?

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Lá nós somos 7 diretores. Nós trabalhamos de forma colegiada. Todas as decisões da AGECPA passam pelo colegiado, e aí vão para a execução — toda decisão que houver, qualquer atitude que a AGECPA tenha de tomar. É um comitê; são 7 diretores têm o mesmo *status*. Esses diretores reúnem-se, então, semanalmente, e nas reuniões ordinárias tudo é decidido pelo colegiado, e daí para a frente segue. Nenhuma decisão é individual. Todas as decisões são do colegiado.

O senhor pergunta também sobre os 2 projetos. Realmente, Cuiabá teve 2 projetos. Teve um projeto conceitual, que criou um conceito. É uma maquete eletrônica e um projeto conceitual do que era o estádio para Cuiabá, o primeiro estádio feito. Pois bem, quando Cuiabá teve o horizonte de que seria candidata, um pouco antes já se começara a discutir internamente, no Governo, entre os técnicos do Governo, a possibilidade da adaptação desse estádio à nossa realidade. Havia o conceito de que ele era, tecnicamente, extremamente bonito, formalmente adequado, mas em alguns conceitos funcionais ele foi questionado, internamente. Como era conceitual, não era um projeto definitivo nem um projeto básico, optou-se por fazer outro projeto, que atendesse melhor às nossas necessidades, voltado à nossa realidade.

Nós vivemos num lugar extremamente quente, num lugar onde temos 6 meses de chuvas torrenciais e 6 meses de sol. O calor, a insolação é muito forte. Então, optou-se por alterar o projeto, que era um projeto fechado, para um projeto aberto. E aí, sim, surgiu um novo projeto, e foi contratado sem licitação, dado o tempo que nós tínhamos para lançar o edital. Havia o compromisso com todas as cidades-sede de que dentro do mês de agosto teria de ser lançado o edital de

[zilfa14] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:14 Taq.:Zilfa Rev.:



licitação. Se nós tivéssemos feito uma licitação pública para fazer os projetos do estádio, só a licitação, entre recursos e prazos, uma concorrência pública dificilmente termina em menos de 120 dias; nós já estaríamos, de quando fomos aprovados para quando íamos efetivamente lançar o edital, engolindo o prazo todo. Por isso, entendeu-se de contratar diretamente. Pesquisou-se o preço, balizaram-se os preços da contratação; não foram R\$ 18 milhões, e sim R\$ 14,2 milhões os custos da contratação dos projetos básicos e executivos para o estádio. Então, ali há projeto de fluxo de pessoas, projeto estrutural, projeto hidráulico, projeto arquitetônico, todos os projetos que compõem o estádio.

Quanto aos equipamentos que não estão dentro do estádio, o que já está orçado são as cadeiras e o placar eletrônico. Nós já licitamos 39,8 mil. Nós vamos a 42,5 mil, no total, no estádio. A TI interna do estádio está inclusa nessa licitação. Vamos separar as 2 coisas aqui. O que é a TI do estádio? São as câmeras de vigilância, a parte de controle eletrônico interno dentro do estádio. Isso já está dentro do estádio.

Quando eu falo em TI, estou falando de todo o apoio que a gente tem de dar ao *media center*, que vai estar ao lado do estádio, que não vai estar no estádio. Dentro do estádio, com as exigências que há para se colocarem ali os jornalistas, dificilmente vai haver condição de se receber dentro de algum estádio o fluxo todo de jornalistas. Normalmente o *media center* é colocado ao lado do estádio, porque é um evento único a Copa do Mundo. E, dependendo das seleções que vão participar do evento, colocam-se ali 1.500, 2 mil jornalistas; então, não há estádio nenhum no mundo que suportaria ter um espaço interno para fazer uma sala de imprensa para mil jornalistas. Ficaria praticamente impossível de se operar isso.

Então, o que há dentro do estádio é um projeto para o dia a dia do estádio, para o que vai funcionar, para a demanda em jogos de campeonato estadual, de campeonato nacional — e é um pleito que nós temos, o de colocar um time do Mato Grosso, nos próximos 4 anos, na primeira divisão do futebol brasileiro. Vamos trabalhar para isso. Então, precisamos de um espaço limitado. Não é um espaço do tamanho da Copa do Mundo. E esse *media center* será feito no ginásio existente hoje, e ao lado. Isso não foi licitado ainda, e não foi levantado o custo. Nós estamos



contratando uma empresa especializada nesse levantamento, para fazer essa interface e fazer essa licitação.

Nossa arena foi pensada... O senhor aponta, com muita propriedade, as dificuldades para a sustentabilidade de um estádio. Nós andamos também por aí. Assim como o senhor foi à Europa, nós também tivemos o privilégio de visitar alguns estádios na Europa, e constatamos algumas situações que nos surpreenderam, porque a gente ouve muito, pela televisão, que toda a Europa é autossuficiente e tudo mais, e realmente alguns estádios e alguns times são totalmente autossuficientes, mas há estádios que visitamos em que há participação do poder público, há PPPs lá, e o Estado participa com 20%, com 30%, com 50%, para manter os estádios funcionando, porque também lá há dificuldades. E nós sabemos que, aqui, todos os Estados e estádios terão as suas dificuldades, na manutenção da sua arena.

A nossa arena foi projetada, inclusive de forma ousada, para, se necessário, poder transferir para a iniciativa privada a sua gestão de operação. A capacidade do estádio pode ser reduzida para dar viabilidade a isso. Constatou-se que o nível de capacidade do estádio é um dos custos que se tem, muitas vezes, para mantê-lo. Para um estádio de 42.500 lugares, como é o nosso, e para um estádio de 27 mil, o custo para manter o estádio é diferenciado. Para um estádio menor, o custo é menor. E o nosso estádio está projetado... e aqui isso tem de ficar bem claro, porque saíram alguma matérias, maldosas até, nesse sentido, afirmando que vamos fazer um estádio desmontável, e aí ficou aquele subentendimento de que era de tubo, como esses estádios que são feitos, de praia, muitas vezes para um jogo em beira de praia. Não há nada disso. É um estádio tecnicamente construído, que, se necessário — é lamentável que eu não tenha trazido uma apresentação para mostrar aos senhores —, pode ter, no entender de quem for geri-lo, reduzido o seu tamanho. Desmontadas as 2 partes, atrás das 2 traves, pode ser reduzido em 15 mil lugares o nosso estádio, e essa estrutura, no projeto e na sua execução, já é projetada para ser removida daquele local onde está o estádio e montada em outro estádio, dando vida a um estádio menor, de 7.500 lugares. Então, a cobertura e as arquibancadas seria possível transferir. Mas, como o nosso estádio vai ser licitado, a operação dele, ou vai ser desenvolvida uma PPP para a operação dele, isso só será

[P15] Comentário: Sessão: 0379/10
Quarto: 15 Taq.: Odilon Rev.:



feito se no entender de quem ganhar isso houver necessidade de se fazer essa transformação. Nós temos essa flexibilidade.

Quanto à questão de telecomunicações, na época o que foi apresentado, num primeiro momento, em relação ao requisito da FIFA, o estádio atendia os requisitos naquele momento. Sobre melhorias, sobre ampliações, como eu lhe disse, nós não focamos ainda a TI, então não posso dar-lhe subsídios sobre se temos de fazer algumas alterações, ou fazer investimentos nesse sentido.

Sobre hotéis o senhor também perguntou. Em Cuiabá há hoje 3 mil novos leitos adentrando o processo de oferta na cidade. Então, temos uma categoria atendida e temos deficiência em outras categorias, que começam a ser supridas. Nos próximos 2 anos entram, então, esses 3 mil leitos que serão ofertados à sociedade matogrossense e a quem for visitar o nosso Estado, e com isso começam a ser cumpridos também os requisitos que a FIFA impôs.

Sobre a segurança, já foi instituída uma comissão mista, da AGECOPA e da Secretaria de Segurança, para discutir todo o processo de segurança da Copa do Mundo, inclusive já com um seminário interno, que foi feito para buscar os pontos fortes e os pontos de melhorias necessárias para se fazer a segurança.

Sobre o saneamento na cidade, Cuiabá, como os senhores sabem, o PAC contemplou com obras de saneamento que estão em execução. Houve problemas internos, na nossa cidade, na execução das obras do PAC, mas afinal estão acontecendo. Recentemente foi inaugurada uma estação de tratamento de água. E dentro da área do estádio, a previsão, dentro do PAC, é de que haja a coleta de esgoto, e afinal a cidade passaria para mais de 50% de coleta de esgoto. Mas esse é um desafio muito grande, em que temos de somar esforços com os Deputados que aqui estão, e eles têm feito esse trabalho com muito esforço. E nós deveremos fazer um esforço mesmo, inclusive em nível de Brasil, para isso.

No Mato Grosso temos o nosso Pantanal, e temos de trabalhar fortemente para que possamos realmente colher resultados. Talvez o maior problema que tenhamos no Pantanal seja o tratamento do esgoto das cidades do seu entorno. Criamos um semicírculo aí, que é a fronteira do Pantanal, e a maioria das cidades que compõem esse semicírculo que forma a bacia do Pantanal têm, sim, dificuldade de saneamento, e o PAC deve continuar, para podermos terminar o saneamento.

[P16] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:16 Taq.:Odilon Rev.:



Rondonópolis, Cuiabá e Várzea Grande, as 3 principais cidades, que detêm praticamente a metade da população do Estado, são contempladas no PAC, e estão com obras em execução.

Sobre o BRT que nós começamos, sobre o sistema de mobilidade na cidade, eu queria prestar um esclarecimento aqui: o BRT são 2 corredores de implantação de ônibus. Quanto ao outro, há um erro formal que o coloca como BRT também, mas é somente um corredor de acesso, chamado Mário Andreazza, que é o acesso norte da cidade para quem vem de toda a Região Norte do Brasil, é a ligação do chamado Trevo do Lagarto, quando se chega pela BR 163 ou pela 364 a Cuiabá, que adentram de Várzea Grande até Cuiabá.

Então, o total dos recursos que a Caixa Federal colocará são R\$ 454 milhões. O senhor tem um outro número: R\$ 480 milhões; se não me engano, o senhor falou R\$ 478 milhões.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - São R\$ 481 milhões; a informação é do Ministério das Cidades.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Não, exatamente. Essa diferença é exatamente a contrapartida que nós temos de colocar, com recurso próprio. É em torno de 5% do total. Desses R\$ 481 milhões, se o senhor retirar 5%, o resultado vai dar os R\$ 454 milhões, que é o valor do financiamento. Então, o restante são recursos próprios que fecham os R\$ 480 milhões.

Como é que isso foi projetado? Como eu disse, e vou adiantar a resposta a essa pergunta agora, antes de responder outras, no nosso Estado, quando a cidade de Cuiabá se candidatou a ser uma cidade-sede, o Governo já colocou no Plano Plurianual — e junto conosco está o ex-Secretário de Planejamento Yênes, que hoje é o diretor de planejamento da AGECON —, já previu, dentro da sua receita, R\$ 250 milhões/ano que seriam deslocados para a execução da Copa do Mundo. Esse é o compromisso que nós temos, o Estado do Mato Grosso, para a realização da Copa do Mundo. Se formos fazer todas as infraestruturas para transformar a cidade, nós precisamos de no mínimo o dobro desse recurso. Na cabeça do Governador, na cabeça das pessoas que pensaram a Copa do Mundo, nós tínhamos de ter a garantia de que se não houvesse nenhum financiamento, se não houvesse nenhuma fonte de recurso, o Estado do Mato Grosso faria a Copa do Mundo, não com todas



as condições excepcionais, ou de qualidade, mas o estádio sairia, com as obras mínimas necessárias. Nós hierarquizamos uma série de obras que são fundamentais, mas as mínimas necessárias faríamos com esse recurso.

Pois bem, surgiram oportunidades de financiamento, e de buscar investimentos a fundo perdido também, por meio das obras que o DNIT tem na cidade. São R\$ 350 milhões em obras apresentadas ao DNIT, que tem a interferência do DNIT, dentro da cidade. São mais R\$ 454 milhões em financiamento de obras, que são financiáveis na mobilidade urbana. Mas nós temos as desapropriações que têm de ser feitas. Essas têm de ser feitas com recurso próprio. Nós vamos usar o nosso recurso da cidade. Nós temos toda a parte de *marketing* e promoção, nós vamos usar os recursos nossos. Nós temos as contrapartidas, e vamos usar o nosso recurso. Nós temos coisas que não vão ser financiadas.

Internamente, só para exemplificar, não temos aqui a apresentação para os senhores entenderem do que eu falo, mas se formos mexer numa avenida, como vamos mexer na Avenida Principal, que liga Cuiabá e Várzea Grande, nós temos de ter vias alternativas para colocar o trânsito nesse momento, enquanto fazemos as obras. Nós precisamos fazer inclusive alguns investimentos nessas vias alternativas. Nós vamos usar a nossa fonte de recursos para essas vias alternativas.

Então, há uma reserva com que, se somarmos com o que conseguirmos buscar de financiamento e a fundo perdido, entendemos que temos condições de deixar um legado para a cidade de Cuiabá. É aquilo que eu disse no início, é uma cidade que demanda muito investimento de melhoria, porque cresceu acentuadamente em pouco tempo, e a sua infraestrutura não acompanhou. Com esses recursos podemos fazer significativas transformações nas duas cidades.

A criação de um *fun park* e os Centros de Treinamento são obrigações originalmente assumidas com a FIFA. Nós vamos cumprir aquilo que está no contrato assumido com a FIFA, o Estado irá fazer um *fun park*, e este projeto está em desenvolvimento. Agora, no Master Plan, onde está o estádio, com toda a região, onde será construído o *fun park*, há integração e perspectiva de melhoria muito grande, porque Cuiabá, que sempre teve o rio como referência, tem hoje o rio às suas costas, ela está virada de costas para ele. Ela não tem mais o rio como referência. E quando construirmos o Master Plan, como estamos fazendo agora,

[p17] Comentário: Conferido. Carla.
www.copanopantanal.com.br/?p=noticia&id_noticia=17

[p18] Comentário: Conferido. Carla.
www.copanopantanal.com.br/?p=noticia&id_noticia=18

[p19] Comentário: Confirmado. Carla.
www.fdc.org.br/hotsites/mail/bh_copa_2014/apresentacao_anastasia.pdf

[p20] Comentário: Conferido. Carla.
www.copanopantanal.com.br/?p=noticia&id_noticia=20



altera-se substancialmente isso, e a colocação de um estádio na área central também veio para transformar essa área e dar oportunidade de se mexer nela.

Estamos deslocando um parque de exposição existente no centro da cidade, que é um problema, porque não possui as necessárias estruturas para absorver a demanda de um evento, de uma exposição hoje no centro de Cuiabá. Então, estamos deslocando para fora da cidade, e nessa área do parque de exposição será implantado o **fun park** e transformado não só para o efetivo evento Copa do Mundo, mas deixando como centro de recepção de turista, transformando-a num parque urbano também, uma vez que toda aquela região central é carente, integrando esse mobiliário urbano a toda a malha urbana que ali está.

Quanto ao número de turistas e qual será o impacto, não disponho para fornecer agora. Caso o fizesse, estaria dando um chute e poderia faltar com a verdade. Por isso não posso responder neste momento, mas assumo o compromisso de depois trazer essa informação.

Quanto ao número de lux no projeto, seguimos as orientações. Como nosso projeto é novo, partiu do zero, está de acordo com o que foi preconizado pela FIFA. A iluminação atende aos requisitos da FIFA. Colocamos o nosso projeto em apreciação por “n” vezes ao **Carlos** de La Corte, representante da FIFA, que orientou e deu todo o subsídio de aprovação informalmente. Na realidade, não recebemos nenhum comunicado formal, assim como Manaus. Ninguém recebeu nenhum documento da FIFA dizendo: “*Está tudo o.k. Está tudo certo.*” Mas, todas as apresentações, o que foi solicitado de alteração — até a última apresentação que nos foi solicitada — foi cumprido e aceito. Então, repito, formalmente, não há nada. Eles informaram que o último prazo para apresentação seria dia 9, mas não fizemos nenhuma apresentação de transformação, porque tudo que já estava listado havia sido cumprido. Acreditamos que agora receberemos o parecer deles favorável, o que nos permitirá, de posse disso e dos últimos documentos que faltavam para a Fazenda Pública Estadual, acesso ao financiamento do BNDES. Temos intenção de acessar o valor do financiamento do BNDES. Para investimentos, daquele recurso alocado para construir o estádio, deslocaremos parte que é preciso financiar, para fazer melhorias urbanas na cidade de Cuiabá. Essa é a intenção, esse é o propósito.

[p21] Comentário: Conferido. Carla.
www.copanopantanal.com.br/?p=noticia&id_noticia=21

[p22] Comentário: nome devidamente conferido. Carla.
novomonumental.wordpress.com/.../carlos-de-la-corte-o-arquiteto-que-esta-por-dentro-de-todos-os-detalhes-das-12-arenas-que-recebe



Tentei responder a todas as perguntas. Se ficou alguma para trás, eu gostaria de ser lembrado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, uma sugestão. Talvez seja melhor serem feitas todas as perguntas e depois o convidado respondê-las de uma vez, inclusive Manaus, porque já é meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Com certeza. Vamos seguir a orientação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - As perguntas sobre Manaus poderiam ser feitas e depois as de Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Certo.

Passo a palavra à Relatora da Subcomissão da Copa, Deputada Rebecca Garcia.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Em primeiro lugar, cumprimento o Sr. Adilton e o Sr. Rodrigo, bem como agradeço a ambos a presença no Congresso para nos prestar esclarecimentos.

A intenção da Comissão é fiscalizar para garantir que a população das cidades que serão subsedes recebam os benefícios dos investimentos realizados após o Mundial de 2014.

Para não ser repetitiva, fiz alguns cortes nas minhas perguntas e as separei por cidades. Comecei por Cuiabá, em razão de ter sido a primeira a ser tratada na audiência.

Eu gostaria de saber um pouco mais a respeito da **AGECOPA**, organização criada pelo Estado com a finalidade de gerenciar todos os recursos federais transferidos — o dinheiro cairá na conta ligada à AGECOPA. Como fica a situação da Prefeitura de Cuiabá, já que o Prefeito também assinou a matriz de responsabilidade com o Governador? Qual a participação da Prefeitura no gerenciamento de recursos?

Só para esclarecimento, pelo que entendi, o estádio, assim como o do Amazonas, não começará do zero, não é uma reforma, será construído um novo estádio.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - O atual estádio será demolido.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Será demolido e construído outro.

[p23] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:18 Taq.:Carla Rev.:

[p24] Comentário: Agência Estadual de
Execução dos Projetos da Copa do Mundo do
Pantanal de 2014 — AGECOPA



Não sei se o senhor saberia responder, mas, caso não saiba, eu gostaria de pedir essa informação. Sabemos que uma das metas da Copa de 2014 é ser conhecida como Green Goal, ou como Copa Verde. E sabemos que no País um dos grandes gargalos é a cidade de Cuiabá, em face do avançado desmatamento e da vocação da soja. Está sendo feito algum tipo de investimento para o controle de desmatamento, a fim de que possamos realmente sair com o selo da Copa Verde? Sabemos que o foco internacional, em razão de a Copa ser no Brasil, estará muito forte tendo em vista as discussões ambientais.

Havia também feito uma pergunta sobre o saneamento, mas o senhor já respondeu. Creio que as perguntas que fiz seguem linha diferente das formuladas pelo Deputado Silvio Torres.

Passo agora para Manaus, para não perder tempo. Pergunto ao Sr. Rodrigo se existe algum projeto de criação de entidade como a AGECPA. A informação que obtive é a de que não existe. Como e quem irão gerenciar os recursos federais?

No item da matriz responsabilidade, que diz respeito à mobilidade urbana, a Comissão foi informada de que o contrato de 230 milhões de reais assinado para o BRT seria responsabilidade do Governo do Estado, tendo em vista a Prefeitura não ter capacidade de endividamento ou gerenciamento desses recursos.

Quero saber se para o BRT a responsabilidade ficará realmente a cargo do Governo do Estado ou da Prefeitura. No nosso cadastro consta Governo do Estado, e a informação da Comissão é que será Prefeitura. Esse o esclarecimento que peço ao Sr. Rodrigo.

Em face de todas as transformações e os números, pergunto ao Sr. Rodrigo se tem conhecimento da capacidade de endividamento do Estado do Amazonas para tantos financiamentos, conforme foi aqui dito. Qual o orçamento da Secretaria de Planejamento referente a essas obras? De onde virão os recursos para a construção do *fun park*? Trata-se de recurso privado ou de recurso federal? O nosso companheiro de Cuiabá disse que o projeto não contempla o *media center*. No caso do Estado do Amazonas, a Arena já contempla o *media center*, ou também isso vai ser feito separado?

Em relação ao monotrilha, a primeira licitação foi feita, mas foi esvaziada. Quando será a próxima licitação? Foi identificado o motivo do esvaziamento? O que

[p25] Comentário: Bus Rapid Transit — BRT
Transporte Rápido por Ônibus.

[P26] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:19 Taq.:Heriudes Rev.:



está sendo feito para que nessa segunda licitação não haja o mesmo problema de esvaziamento, já que os prazos estão se esgotando?

A princípio, são essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço à Deputada Rebecca Garcia as perguntas. Tenho certeza de que S.Exa., Relatora desta Subcomissão, terá muito trabalho pela frente. S.Exa. vem demonstrado muito entusiasmo e competência à frente dos trabalhos.

Dando sequência à reunião, observando a ordem de inscrição, passo a palavra ao Deputado Eliene Lima, do PP de Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO ELIENE LIMA - Deputado Felipe Bornier, Vice-Presidente da Subcomissão da Copa de 2014, quero saudá-lo e, em seu nome, os demais Deputados: Rebecca Garcia, do Amazonas, minha colega de partido; Silvio Torres; Wellington Fagundes, do meu Estado, Mato Grosso; Valtenir Pereira.

Cumprimento também os convidados, representantes das cidades-sede da Copa de 2014: de Manaus, no Estado do Amazonas, o Dr. Rodrigo; o Presidente da AGECPA, Dr. Adilton Sachetti; o Diretor de Planejamento, Dr. Yenes Magalhães, que o acompanha. Lamento a ausência do representante do Distrito Federal, porque foram subdivididas as audiências públicas. Seria interessante ele estar aqui.

É extremamente importante este debate. No ano passado, fui membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e hoje esta audiência é da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. O Deputado Silvio Torres é muito atuante, preocupado, e já à época levantava o cuidado com a situação de cada sede da Copa do Mundo. Ontem, a Deputada Rebecca Garcia convidou-me, e estou aqui.

Conversando há pouco com o Deputado Silvio Torres, S.Exa. formulou a seguinte pergunta: qual a previsão de recurso para o Estado, seja Mato Grosso ou o Amazonas? Existe a previsão de custo que cada Estado vai destinar, fora o financiamento, para a realização da Copa do Mundo?

No caso de Cuiabá, por exemplo, das 12 sedes, realmente é a menor e talvez a que tenha mais problemas, dada a história de formação da cidade. O próprio Presidente da AGECPA, Dr. Adilton Sachetti, foi Prefeito da terceira maior cidade do Estado, Rondonópolis. Ele chegou no Estado mais ou menos na época em que eu cheguei; ele, vindo do Paraná; eu, de Minas Gerais; e o Deputado Wellington



Fagundes, da Bahia. O nosso Estado realmente é formado por muitos paus-rodados — como se fala lá. Por conta da forma desordenada de crescimento, há muito o que fazer realmente.

A Deputada Rebecca Garcia disse que Mato Grosso é o Estado que mais se preocupa com a questão do Green Gol. Acho que não! Se analisarmos a relação das 12 sedes, veremos que há outros Estados que desmataram muito mais que Mato Grosso, avançaram muito mais, têm muito menos áreas preservadas. Hoje, o Estado demonstra consciência fantástica nesse sentido. É inclusive campeão na contenção do avanço do desmatamento nos últimos anos. O ex-Governador Blairo Maggi chegou, inclusive, a ser um dos 67 homens mais influentes listados na revista *Forbes*, exatamente pela mudança de paradigma, pela mudança de visão com relação à necessidade de preservação. Vejo com tranquilidade essa questão.

Conforme o nosso Presidente, Dr. Adilton Sachetti, disse, realmente há 4 preocupações básicas, sendo uma delas a questão do nosso aeroporto, que se reflete na capital. Mato Grosso foi o Estado que mais cresceu, segundo o IBGE, nos últimos 12 anos, o que trouxe reflexos para a capital. O aeroporto é extremamente movimentado. Hoje, o número de voos que saem de Cuiabá para Brasília, só para exemplificar, totaliza 8 voos por dia. De acordo com dados informados pelo nosso Presidente da AGE COPA, Dr. Adilton Sachetti, há uma previsão de 1 milhão e 700 mil passageiros por ano. Mesmo se não tivesse a AGE COPA, dado o desenvolvimento econômico do Estado, o aeroporto já seria insuficiente, motivo pelo qual há essa grande preocupação.

Nota-se, nas ruas de Cuiabá, um dos piores trânsitos do Brasil. Aqui em Brasília reclama-se muito do trânsito, mas percebemos que em Cuiabá ocorrem os piores congestionamentos. Para melhoria dessa situação, já existem as BRTs, e o corredor viário de acesso Mário Andreazza, que vem da Região Norte. Realmente está-se fazendo muito.

Com relação aos Centros de Treinamentos e o estádio, Mato Grosso ganhou, inclusive, a parada na disputa com Mato Grosso do Sul, exatamente porque tomou a iniciativa da criação de um fundo, e já mostrou esse compromisso para o Brasil inteiro e para quem estava decidindo.

[P27] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:20 Taq.:Heriudes Rev.:



Com certeza, os aspectos da região geográfica, a proximidade com o Pantanal, com a Chapada dos Guimarães, realmente farão com que Cuiabá seja uma das maiores sedes não em tamanho, mas em organização. Há uma grande credibilidade tanto por parte do nosso Presidente, como de todos os diretores, que são pessoas empenhadas, que gozam de grande prestígio. Mesmo o Prefeito e o Governador do Estado estando em lados opostos, a Prefeitura assinou e participa da diretoria.

Vejo com muita esperança, e a expectativa é muito boa, que Cuiabá será uma sede bem sucedida no evento.

Quero fazer a seguinte pergunta para o Presidente da AGE COPA: os 425 milhões de reais, quando incorporados aos equipamentos, somam-se ao custo previsto de 398 milhões de reais ou ao de 342 milhões de reais?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ELIENE LIMA - Trezentos e noventa e oito milhões? Certo. Vamos ter mais ou menos 27 milhões de equipamentos. A redução que conseguimos, na cidade de Cuiabá, de 398 para 342 reais, foi significativa.

Quero parabenizar os autores da audiência pública, na pessoa do Deputado Silvio Torres; a nossa Relatora, Deputada Rebecca Garcia, que me convidou, e por isso estamos aqui.

Todos nós da bancada federal estamos empenhados. Já temos uma emenda de bancada, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, que soma-se àquilo que se busca. O Deputado Valtenir Pereira, que aqui se encontra, a Deputada Thelma de Oliveira, que se fazia representar há pouco pela Sra. Norma, e eu temos uma emenda de remanejamento junto ao DNIT que queremos incorporar aos recursos que estão aqui. Há uma emenda de bancada, de minha autoria, para a região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, que pode ser otimizada e direcionada para Cuiabá. Eu já havia visitado o nosso Presidente da AGE COPA e me colocado à disposição para discutir o assunto.

Existe, sim, um empenho muito grande de toda a sociedade mato-grossense, cuiabana, varzea-grandense, para que não haja decepção por parte dos turistas que viajarão a Cuiabá para assistir aos jogos da Copa do Mundo.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço ao Deputado Eliene Lima as palavras.

Concedo a palavra, seguindo a ordem de inscrição, ao Deputado Wellington Fagundes, do PR de Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Quero cumprimentar, em nome de toda a Comissão, o Deputado Felipe Bornier, filho do nosso companheiro Bornier. Tive a experiência de com ele trabalhar no nosso Partido. Sei que, pela competência do pai, o filho a tem, ele o está seguindo.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Silvio Torres pela providência deste requerimento. Eu já o questionei, e na verdade o Deputado pretende trazer aqui todos os Estados. Não se trata de uma preocupação específica com os Estados de Mato Grosso e do Amazonas ou com o Distrito Federal. Há preocupação com todas as subdesdes da Copa do Mundo, porque afinal de contas houve um compromisso também do Brasil com a FIFA e com o mundo. O nosso País é destacado internacionalmente pelo futebol, e sem dúvida a Copa do Mundo é uma oportunidade que todo o Brasil tem de mostrar ainda mais a nossa pujança, a versatilidade do brasileiro, enfim a nossa capacidade também empresarial. Por isso acho oportuno esse requerimento.

Cumprimento todos os Deputados de Mato Grosso, em especial Eliene Lima e Valtenir Pereira, que aqui estão acompanhando esta audiência pública.

Ouvi uma das perguntas feitas pelo Deputado Silvio Torres em relação à questão da licitação do projeto. Não estou autorizado pela AGECPA, mas, representando o meu Estado, quero dizer da nossa preocupação ,junto com o Governador, com o risco da dispensa de licitação.

No Estado de Mato Grosso, como disse o Deputado Eliene Lima, nem os mato-grossense acreditavam muito na possibilidade de conseguirmos a façanha tão grande de para lá levar a Copa do Mundo. Quero enaltecer a visão estadista do Governador Blairo Maggi. Mesmo sendo um Estado de economia pujante, sua população é pequena, temos menos de 3 milhões de habitantes. Temos lá, no entanto, aquilo que foi fundamental a todos nós, principalmente às lideranças políticas, para nos convenceremos de que teríamos condições de ser subdesde: a potencialidade do Estado em riquezas naturais — temos lá 3 ecossistemas, o

[P28] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:21 Taq.:Maria Rev.:



Pantanal, a Amazônia e o Cerrado; Cuiabá é uma cidade histórica, Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital brasileira projetada em Portugal para proteger a costa não marítima. Há a história de Teresa de Benguela, rainha negra que governou por 40 anos, tomou como reinado. Enfim, há potencial histórico no Estado.

Temos também preocupação com o aspecto financeiro, a capacidade do Estado de fazer esse investimento. Como disse aqui o Dr. Adilton, o Estado, mesmo que não dispusesse de recurso do Governo Federal, estávamos e estamos dispostos a fazer todos os esforços para que a nossa subsede da Copa do Mundo realmente seja um exemplo no Brasil.

Quero cumprimentar todos os membros da AGE COPA, em nome do seu Presidente, que tem todos como seus diretores pessoas extremamente experientes que ajudam nessa formatação e organização.

Por parte do Parlamento, como disse o Deputado Eliene Lima, nós, Deputados do Estado, estamos preocupados. Inclusive, encabecei uma emenda coletiva, que foi aprovada no Ministério do Esporte, a maior emenda do Brasil, exatamente para contemplar as obras da Copa do Mundo. São 47 milhões de aprovados.

Deputado Silvio Torres, penso que temos de nos unir no sentido de que os recursos especificamente para a Copa sejam de imediato alocados com recursos do PAC, já que a Copa é uma prioridade para todos nós. Hoje, o Governo tem colocado dificuldades na liberação das emendas. Claro, essa emenda fizemos com o objetivo específico para atender a Copa do Mundo no meu Estado. A AGE COPA definirá, junto com o Governo do Estado, as prioridades para alocação dos recursos. Já discuti numa reunião que tivemos com a diretoria da AGE COPA que esse recurso fosse alocado principalmente nos centros de treinamento. Serão dois centros de treinamentos, um em Cuiabá e outro em Vargem Grande. Preferencialmente, poderia ser usado para isso.

Também poderia ser usado o recurso em algumas obras complementares, em função de que temos de levar infraestrutura também não só para Cuiabá e Várzea Grande, como para o interior. Por exemplo, Poconé é uma cidade do Pantanal,



tradicional, e lá temos a possibilidade de construir o estádio da Cavallhada, um esporte bastante tradicional do Pantanal mato-grossense.

Quem for para a Copa do Mundo em Mato Grosso vai querer conhecer nossas riquezas, nossas belezas, como o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia.

Nesse sentido, então, esse é um exemplo, além de outras obras que queremos trabalhar junto com o Governo do Estado.

Há também o problema dos aeroportos. Já estive com o Governador Silval Barbosa na INFRAERO. Há uma preocupação muito grande com a demora da decisão, vamos especificar, da INFRAERO. O aeroporto de Várzea Grande tem uma área de 720 hectares, dividindo praticamente a cidade, com uma situação viária muito complicada. Uma obra de ampliação do terminal que começou, mas já está parada há alguns anos, e a INFRAERO não decide. Terá de ser feita nova licitação? Já se cancelou a licitação? O próprio Governador Blairo interferiu, a nosso pedido, para que a empresa abrisse mão, não ficasse questionando na Justiça. A INFRAERO, no entanto, não toma a decisão de fazer nova licitação, de concluir a obra. Tanto é que no aeroporto de Várzea Grande, de Cuiabá, aumentou muito o fluxo de pessoas, e não temos um terminal de desembarque. O terminal de desembarque lá do aeroporto, atualmente, é um caos: sem banheiro, sem ar condicionado — a situação é até constrangedora.

Hoje ainda, vamos ver a possibilidade de o Presidente da AGE COPA ir à INFRAERO. Já estivemos com o Ministro da Defesa mostrando a importância de fazer logo esses investimentos, senão, daqui a pouco, não haverá condições de termos no aeroporto nem condições para os veículos lá chegarem. As obras do terminal de cargas estão prestes a se iniciarem, mas não há como os caminhões chegarem.

Temos de nos preocupar com as ações do Governo Federal, bem como do Governo do Estado. O Governo Federal até agora não liberou sequer 1 real. Daqui a pouco participaremos de uma audiência — o Governador está hoje em Brasília. Teremos várias audiências, uma delas, inclusive, com o Ministério dos Transportes.

Houve um compromisso por parte do Ministro Alfredo Nascimento de liberação de duzentos e poucos milhões para o sistema viário de Cuiabá. Pelo centro da cidade passam 4 BRs: 070, 163, 158 e 364. O Ministro saiu e na verdade

[p29] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:22 Taq.:Maria Cristina Rev.:



não ficou nada de recurso. Agora, com o Ministro Paulo Sérgio, do Ministério dos Transportes, esperamos que sejam liberados 400 milhões, o mínimo necessário — sem falar em trens, em outra alternativa de transporte de massa — para melhorar o sistema viário da capital.

Há outra exigência — até agora eu não consegui pegar o fio da meada, fui à ANTAQ, ao Ministério, à INFRAERO — em relação ao aeroporto alternativo de segurança. Parece-me que uma das exigências para a Copa é haver no máximo 200 quilômetros. Estamos trabalhando para que o aeroporto de Rondonópolis seja esse aeroporto alternativo. Inclusive, o Deputado Valtenir também trabalhou na liberação do caminhão de segurança do Corpo de Bombeiros — Já está definido. É preciso estruturar aquele aeroporto.

Quero parabenizar V.Sa., Presidente Adilton. Liberou-se a licitação para contratar as obras, mas, em contrapartida, fez-se uma economia mito grande. Acho que da licitação de todos os estádios do Brasil, Mato Grosso foi o que conseguiu o maior rebate, ou seja, o maior desconto, quase 70 milhões, 15%. Essa é uma demonstração de que o Estado está preocupado em aplicar bem o recurso.

O Estado do Mato Grosso criou um fundo especificamente para a Copa, e com dinheiro em caixa talvez isso também tenha sido decisivo para que o nosso Estado conseguisse ser uma das subsedes. Claro que outras pessoas exerceram algum papel, como o Ministro Gilmar Mendes, também o Presidente da Federação Mato-Grossense de Futebol e tantos outros.

Eu gostaria, aproveitando esta audiência — já que a preocupação é o tempo, os atrasos nas obras para a Copa —, não tanto de fazer uma pergunta, muito mais de trazer nossa preocupação. Acho importante convidarmos o Governo Federal, principalmente quem está coordenando — se a Casa Civil mesmo ou não —, para nos trazer um posicionamento de como o Governo Federal pretende aplicar os recursos e quando o fará. Estamos discutindo as emendas individuais, mas o Governo não as liberou até agora praticamente. Quanto às coletivas, diz que não vai liberar. E a Copa do Mundo? Como será o cronograma de desembolso por parte do Governo Federal nos diversos Ministérios?

Hoje, também estaremos no Ministério das Cidades, pois temos as obras de saneamento do PAC. Há uma preocupação muito grande, já que Cuiabá está acima



do Pantanal, que é patrimônio da humanidade! Hoje, o impacto do saneamento, do esgoto e do lixo que vai para o Pantanal, é muito grande. Então, precisamos saber verdadeiramente como o Governo Federal pretende fazer esse cronograma de desembolso.

Eu gostaria que fosse esclarecido pelo Presidente da AGECPA, Sr. Adilton, como está o volume de recursos de Mato Grosso em relação ao fundo e qual é a previsão de desembolso também por parte do Governo do Estado.

Era o que eu teria a dizer.

Agradeço imensamente ao Presidente, representante da Comissão, e, inclusive, ao Deputado Silvio Torres pela oportunidade da apresentação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço as palavras do nobre Parlamentar, Deputado Wellington Fagundes, do PR de Mato Grosso. Convido-o a estar mais presente nesta Comissão, pois tenho certeza de que seu conhecimento vai ajudar-nos muito nesse trabalho.

Esclareço que já foi aprovado requerimento de convite aos Ministros, para que também possam participar desse debate, uma vez que é de suma importância. Não debatemos somente com os representantes dos Estados-sede da Copa do Mundo; também debatemos com o Governo Federal. Esse grupo de trabalho tem por objetivo certamente unir forças e fazer de fato um cronograma positivo para a Copa do Mundo que criou tanta expectativa no nosso País do futebol. Tenho certeza de que essa Copa do Mundo vai dar uma resposta muito grande ao País.

Concedo a palavra ao próximo e último inscrito, Deputado Valtenir Pereira, do PSDB de Mato Grosso. Peço a S.Exa. que seja um pouco breve, para que possamos passar a palavra aos nossos debatedores, pois os Deputados têm horário de voo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, faço uma saudação especial ao Dr. Adilton Sachetti, a quem quero dizer que o Governador Blairo Maggi fez uma ótima escolha quando o indicou para Presidente da AGECPA. Digo isso com segurança pelo brilhante trabalho que ele fez à frente do Município de Rondonópolis, mudando a estrutura do município, melhorando

[P31] Comentário: Conferido. Andréa N.



obras de infraestrutura, preparando projetos, deixando a cidade num patamar de destaque em nosso Estado.

Então, o Governador Blairo Maggi foi muito feliz quando escolheu V.Sa. e essa equipe que hoje comanda a Agência da Copa no Estado de Mato Grosso. São pessoas experientes, com ampla vida política e administrativa, o que nos deixa bastante tranquilos como Parlamentares que representam nosso Estado em Brasília e seguros de que podemos trabalhar, enviar recursos para lá, ajudar a arregimentar forças para fazer as mudanças estruturais que Cuiabá e Mato Grosso precisam, para, então, sediarem a Copa do Mundo como uma das subsedes.

Parabéns ao Governador, a V.Sa. e a toda a equipe pelo brilhante trabalho que vêm fazendo!

Quero aqui dizer da minha dedicação, ano passado, na Comissão Mista de Orçamento, quando membro indicado pelo nosso partido, o PSB. Na ocasião, nossa Coordenadora me deu a honra de falar em nome da bancada. Apresentei vários destaques para ajudar a melhorar o orçamento do Estado de Mato Grosso, em especial, para aquelas obras de infraestrutura na baixada cuiabana, região metropolitana. O Deputado Wellington Fagundes foi muito feliz ao apresentar uma emenda, pois, no início, o Relator-Setorial colocou 4,5 milhões para todo mundo, e, numa articulação não só minha, como também de S.Exa., conseguimos ampliar esse valor. Inclusive, o Deputado Wellington estava constantemente conosco falando com o Relator-Setorial e com o Relator-Geral, Geraldo Magela, no sentido de ampliá-lo.

Parabéns, Deputado Wellington, pois essa emenda foi para 47 milhões! Contudo, sabemos que precisamos continuar essa luta pela liberação do recurso, porque temos aqui **vivido** situações constrangedoras, como quando apresentamos emenda, colocamos no orçamento certo valor, somos cobrados na base, dizemos do trabalho que temos feito e, depois, a emenda não sai, a obra não sai, e caímos no descrédito. Pior é quando sai o boato de que a verba veio mas a embolsaram ou coisa dessa natureza. Então, o importante agora é conseguirmos avançar nesse sentido.

Também apresentamos uma emenda parlamentar de bancada para fazer inclusão digital, que estamos destinando para implantação das cidades digitais



exatamente na região onde haverá abrangência da Copa do Mundo, como **Nobres**, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Levejé, Poconé, Livramento, Rosário Oeste, Jangada, Acorizal, Chapada dos Guimarães, etc., atendendo à baixada cuiabana no sentido de preparar a cidade com tecnologia de informação, para poder fortalecer os serviços e dar aos turistas e a toda a população, que vai estar vivendo o clima da Copa do Mundo, melhor condição, principalmente utilizando a tecnologia da informação.

[P33] Comentário: Todos os nomes conferidos. Andréa N.

Canalizamos uma emenda para o Ministério da Pesca, e estamos bastante contentes por saber que já existe até mesmo um projeto feito pelo Governo do Estado. Tanto a Secretaria MT Regional como a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a **EMPAER** e o INDEA fizeram uma movimentação agora, em 60 dias, e viajaram pelo Estado mais de 8 mil quilômetros discutindo com os consórcios regionais no sentido de fazer um projeto. Isso nos vai permitir chegar à Copa do Mundo implantando o projeto **Criar N'Água**, de piscicultura, e oferecendo alimentos, além dos de boa qualidade, a custo mais barato. Essa é também uma obra importante que repercute na Copa do Mundo e ainda aproveita o potencial hídrico de Mato Grosso. Trata-se de emenda subscrita pelos Deputados Eliene Lima, Thelma Oliveira e por mim.

[P34] Comentário: Conferidos. Andréa N.

[P35] Comentário: Conferido. Andréa N.

Também canalizamos, os mesmos Deputados, emenda para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte de 15 milhões de reais para obra de infraestrutura. Colocamos à disposição para o Presidente da AGECPA, Dr. Adilton. Vamos, juntos, correr atrás desses 15 milhões, para ajudar em obras de infraestrutura também dentro da capital, uma vez que Cuiabá precisa de vários ajustes e de várias adequações viárias para atender às necessidades da FIFA.

Tenho uma preocupação muito grande com a questão da infraestrutura aeroportuária. Esta semana, para citar um exemplo, temos um jato que está fazendo a linha **Sinop**-Cuiabá. Ele saiu de Sinop, a 500 quilômetros, e, em 20 minutos, já estava pronto para aterrissar no aeroporto de Cuiabá. Como há um fluxo enorme de aeronaves, havia 8 aeronaves para aterrissar no aeroporto, eles ficam cerca de 30 minutos aguardando para poder receber autorização de pouso.

[P36] Comentário: Conferido. Andréa N.

Então, vejam V.Exas., essa infraestrutura aeroportuária é um gargalo! A AGECPA está comandando de forma muito eficiente, muito competente, as obras



de infraestrutura na capital. Estou bastante preocupado porque não temos informações a respeito da questão da INFRAERO. Pode até ser que estejam com os projetos bem adiantados, mas não temos as informações — pelo menos eu não as tenho. Então, fico muito preocupado com essa questão que envolve as obras de infraestrutura aeroportuárias.

Tanto que essa linha de Alta Floresta, que está a 900 quilômetros de Cuiabá, já no portal da Amazônia, precisava de um caminhão AP-2, e tivemos de nos socorrer com o Comando da Aeronáutica para consegui-lo e colocá-lo em Alta Floresta. E também Sinop, a 500 quilômetros, precisava de um carro de combate a incêndio CCI AP-2, e igualmente nos socorremos da Aeronáutica, que nos disponibilizou esses veículos. Agora, a cidade de Rondonópolis também precisa desse tipo de caminhão, para sair das aeronaves de 40 passageiros e passar para as de 60, 90 e 120 passageiros. Novamente pedimos ao Comando da Aeronáutica.

Quero aqui fazer referência elogiosa ao Major Brigadeiro Machado, do VI Comando Aéreo Regional, sob cuja jurisdição está o Estado do Mato Grosso, que foi muito sensível, juntamente com o Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito. Desde dezembro de 2008, estávamos lutando para resolver essa questão dos carros de combate a incêndio. Graças a Deus, no final do ano passado, conseguimos 2, para Alta Floresta e Sinop, e agora, no mês de maio, há promessa do caminhão para Rondonópolis. Então, tenho essa grande preocupação.

Para finalizar, quero deixar um encaminhamento. Acho que nós, aqui da Casa, devemos trabalhar, no próximo Orçamento, para destinar recursos para as cidades-sede da Copa do Mundo que tenham projetos estruturantes, e que eles não sejam contingenciados. O orçamento do Ministério Público é repassado diretamente ao Poder Judiciário da mesma forma. Então, podemos e temos capacidade para fazer isso — se quisermos, evidentemente.

Pelo tamanho das bancadas dos Estados que sediam a Copa do Mundo, tenho certeza de que vamos ter número suficiente para aprovar isso. Evidentemente, desde que tais recursos estejam amarrados a obra estruturante, para infraestrutura e preparar a cidade para a Copa do Mundo, eles não podem ter contingenciamento. Esse é caso da emenda do Deputado Wellington Fagundes, de 47 milhões de reais.

[P37] Comentário: Conferido. Andréa N.

[P38] Comentário: Idem. Andréa N.

[P39] Comentário: Sessão: 0379/10
Quarto: 25 Taq.: Wanessa Rev.:



Pode ser que ela saia, pode ser que não. Então, isso evitaria que tivéssemos qualquer surpresa.

Deixo, portanto, a sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço as palavras ao Deputado Valtenir Pereira.

Para alternar um pouco os oradores, concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Camelo, Secretário Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Primeiramente, quero agradecer aos Deputados por terem suscitado muitos dos questionamentos que podem nos ajudar a explicitar melhor a preparação de cada uma das cidades, principalmente a questão que recai na responsabilidade do Governo Federal, infraestrutura aeroportuária.

É claro que há preocupação muito grande de Cuiabá e do Amazonas, pelo fato, inclusive, da maior distância e do isolamento geográfico da região amazônica, no sentido de que tenhamos adequação principalmente no tocante ao terminal de passageiros, que tem tido aumento constante de fluxo, não somente devido ao turismo, como também à atividade econômica do Polo Industrial de Manaus.

Vou organizar as manifestações, começando pelos questionamentos do Deputado Silvio Torres com relação à infraestrutura, trazendo, inclusive, para o Amazonas algumas das questões feitas por S.Exa. quanto a Cuiabá.

Não foi mencionada a questão de energia, mas, com a chegada do gás que vem da Reserva de Urucu, temos grande segurança energética na cidade de Manaus, inclusive com a previsão, pelo PAC, das obras de Tucuruí. Apesar da distância entre Manaus e as outras capitais do País, isso foi muito determinante para que tivéssemos segurança em termos de fornecimento de energia, cujo problema durante a realização do evento seria realmente calamitoso.

Telecomunicações são uma preocupação realmente grande de todas as cidades, mas temos a previsão da chegada, em Manaus, da nova fibra ótica, que está vindo de Boa Vista, da Venezuela e dos Estados Unidos. O Governo do Estado tem trabalhado no sentido de facilitar as licenças ao longo da BR-174, para que ela consiga chegar o mais breve possível.



Esse investimento, que é de responsabilidade da Oi, estava presente enquanto meta de desenvolvimento, quando a empresa ganhou a concessão de operação na Região Norte.

Então, temos a questão de telecomunicação resolvida por 2 fibras óticas, uma que já acontece hoje, por Porto Velho, e essa vinda agora de Boa Vista, passando antes pela Venezuela.

Não estou mencionando apenas a questão de satélite, mas temos o conforto de que a transmissão de todas as informações e a cobertura desse evento estarão garantidas com o *backup* necessário.

A preocupação do Deputado também foi com o saneamento. Temos um programa que é referência do Banco Mundial, o PROSAMIM, que mudou a cara da região central e de alguns bairros de Manaus. Áreas onde as pessoas não tinham condições de sobrevivência foram bem atendidas pelo programa, que é uma preocupação do Governo do Estado. Acho que, depois, seria até oportuna a lembrança de todos os itens atingidos nessa questão do saneamento.

Em termos de hotelaria, Manaus tem atualmente 5 mil unidades de hospedagem, totalizando pouco mais de 10 mil leitos. Há investimentos previstos de várias grandes cadeias hoteleiras, como Atlântica e Blue Tree, que já estão com os projetos em fase de finalização, além de outros investimentos sinalizados, que vão levar, no mínimo, 3 mil unidades de serviço. Tais investimentos estão praticamente garantidos para a cidade de Manaus, restando algumas outras unidades, já que estamos prevendo mais 3 mil para a época da Copa. Se não vierem os investidores das grandes redes, temos também a possibilidade de, como tinha mencionado previamente, alugar transatlânticos para poder atender à necessidade de hospedagem para os turistas. Esse período, apesar de ser sazonal, sinaliza como atração de investimentos e turística muito forte para a região amazônica.

O Deputado ainda questionou algumas datas que eu havia mencionado. Apenas para deixar registrado, o início das obras do estádio foi em 19 de março, juntamente com o lançamento da pedra fundamental. Já começou a desmobilização de todos os ativos que existiam no estádio, então, há preocupação também com o reaproveitamento dos assentos. O placar eletrônico anterior apresentava problemas, mas alguma empresa se ofereceu para tentar fazer a recuperação. Também temos

[P40] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:26 Taq.:Wanessa Rev.:

[P41] Comentário: Nomes conferidos.

[P42] Comentário: http://www.prosamim.a.gov.br/detalhes_2.php?idnoticias=109



outros materiais no estádio, a exemplo das louças, que serão transportados para outros Municípios no Estado, tentando aproveitar ao máximo o bem que já existia de posse do Governo do Amazonas.

Foi mencionada também a questão dos centros de treinamento, que seriam 2 em Manaus. Dado o tamanho da capital, optamos por instalar esses centros de treinamento dentro da própria cidade, até mesmo pela distância dos próximos municípios. Um deles já é de um parceiro que, inclusive, está nos ajudando na execução do Campeonato Amazonense. Trata-se do Clube do Trabalhador, uma unidade do Sesi, cuja infraestrutura, que já é belíssima, vai ser melhorada. Na verdade, poucas modificações e adequações vão ser necessárias, reduzindo, portanto, a necessidade de investimento para esse centro de treinamento.

Outro é o Estádio Ismael Benigno, considerado o segundo maior do Amazonas, que está previsto para ser não só o centro de treinamento, pois também será renovado.

A preocupação com relação ao fortalecimento do nosso esporte, o futebol, também é compartilhada pela cidade de Manaus. Eu havia mencionado que temos um futebol amador muito forte, mas que realmente o futebol profissional não conseguiu galgar a Série C, pois permanecemos na Série D. O Governo já vinha, anteriormente, com alguns programas para sempre dar apoio aos times que venciam o Campeonato Amazonense e, portanto, participavam da Copa Brasil. Esse apoio, dado nos últimos anos, não tem surtido efeito ainda. Portanto, há, por parte da nossa Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, preocupação em remodelar a forma como são, então, designados os recursos, para conseguir alcançar esses objetivos que fazem parte, também, das metas de sustentabilidade que devemos obter com o nosso estádio.

Ainda sobre o tema, esse estádio também será objeto de licitação, para que a sua administração fique a cargo de algum operador de arenas. Manaus está no circuito de *shows* e cultural brasileiro. Posso mencionar como eventos de grande porte os dos vários cantores internacionais que vão até lá. Então, a concessão que imaginamos vai conseguir se beneficiar disso e daqueles outros aparelhos que existem na área. Está sendo estudado, atualmente, não só a concessão do estádio, como foi a proposta inicial do estudo de viabilidade feito pela Deloitte, mas



acrescentar outros aparelhos, inclusive o nosso sambódromo, que hoje abriga grande parte desses *shows*, e também uma arena poliesportiva que existe ao lado do estádio.

Como disse anteriormente, aquela arena, inclusive, vai abrigar o Media Center e, ao seu lado, a área das TVs que vão fazer a transmissão, que se chama TV com Powder, por parte da FIFA. Do outro lado do estádio, temos um centro de convenções. Realmente tudo isso potencializa mais ainda essa região. Então, voltando, a data do início das obras ficou marcada para o dia 19 de março.

Mobilidade urbana. Temos aí a abertura das propostas prevista para o dia 28 de abril. Sem ser na semana que entra, na próxima, teremos a abertura das propostas, pelo menos no que tange ao trecho do monotrilho, que vai atender ao eixo principal da cidade de Manaus. Entendi a preocupação de todos, claro, o objetivo principal da convocação do requerimento do Deputado, que é com relação à aplicação desses recursos.

A carta-consulta foi submetida à Caixa Econômica Federal, visando obter esses recursos de 600 milhões. Já foi dada entrada e, inclusive, segundo os técnicos da Caixa, impactada no nosso orçamento.

Com relação à capacidade de endividamento, objeto da ponderação da nossa Deputada Rebecca Garcia, Relatora da Comissão, a questão do orçamento como um todo está prevista no PPA também.

Há também a questão da mobilidade urbana, prevista no PPA e que já havia recursos deste ano inclusive prevendo o gerenciamento. Só não estou lembrando todos os recursos, mas o estamentinho do estádio, inclusive do gerenciamento, esse PPA, que vai ser revisado depois, no primeiro ano, no próximo Governo, vai entrar em efetivo exercício no ano subsequente. Nós já tínhamos assegurado esses recursos.

Estamos falando também um pouco de mobilidade no DRT, de quase 230 milhões.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A resposta sobre a capacidade de endividamento.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Perfeito, eu tinha pulado. Realmente, já tinha falado sobre o Plano de Ajuste Fiscal — PAF.



O PAF do ano passado já apresentava uma folga de 700 milhões, utilizada este ano. Existe uma missão do STN chegando agora, no final do mês em Manaus. Nós temos os cálculos todos previstos, porque tínhamos apresentado as garantias ao BNDES, inclusive da contrapartida do Estado com o Fundo de Participação do Estado, a que o Estado do Amazonas tem direito, e também com arrecadação interna do ICMS. Então, esses 2 recursos garantidores, que valem tanto para a arena quanto para o monotrilho, estão assegurados e são partes integrantes das cartas-consulta endereçadas ao BNDES e à Caixa Econômica Federal. Eu tinha perdido essa linha de raciocínio. Obrigado, Deputado.

Então, como disse, o Plano de Ajuste Fiscal já tinha essa folga de 700 milhões o ano passado, temos agora a comprovação para conseguirmos chegar a 1 bilhão, só nos fundos necessários para a captação dos recursos da Caixa e do BNDES. Então, estamos bem tranquilos com relação a isso. A Secretaria da Fazenda já tem trabalhado conosco desde o final do ano passado nessa estruturação. Então, a capacidade de endividamento...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Vai ser totalmente utilizada para a Copa?

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Na verdade não. Temos negociado apenas do Plano de Ajuste Fiscal. Eu realmente não tenho aqui o número da capacidade de endividamento, mas isso daqui tem sempre sinalizado como nenhum problema para os 2 entes, dos quais estamos captando recursos, nem para a Secretaria do Tesouro. Realmente, comprometo-me, a exemplo do companheiro do Mato Grosso, a enviar esses dados a esta Comissão, com os dados exatos, inclusive com resultado desse segundo Plano de Ajuste Fiscal para 2010, assegurando os recursos aqui. Eu faço questão de fazer isso por escrito também.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, gostaria de obter, tanto de Cuiabá como de Manaus, a capacidade de endividamento do Estado para atender a esses recursos que estão sendo previstos. Acho importante a Comissão ter esses dados.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Perfeito.

Com relação à organização que o Amazonas tem feito para gerenciar os projetos da Copa, recebemos agora, no final de fevereiro, com sanção em março,

[P_626743] Comentário: Não sei ao certo se a fala é deste orador. Por favor, confirmar.
Eva



autorização para criação de duas empresas públicas, uma delas é a Amazonas Copa 2014 S/A e a outra Companhia de Transportes Metropolitanos, que vai gerenciar, uma delas, todo o empreendimento do estádio e dos seus arredores. Estamos considerando aqueles empreendimentos imobiliários que vão servir para captar recursos e com isso abater do investimento que o Estado está fazendo na arena, mencionando novamente o valor em torno de 500 milhões — foi 499 milhões —, e com essas áreas que estamos valorizando inclusive ao redor do estádio. Esses empreendimentos imobiliários vão ser concedidos por um prazo de concessão a ser definido por essa companhia, por essa empresa pública, vão cair nesse caixa e servir para financiar as demais necessidades que estão previstas, inclusive o *funpark*, os centros de treinamento e melhorias na infraestrutura nos arredores que envolvem todo o acesso viário para esses empreendimentos.

A Companhia de Transportes Metropolitanos também vai ser objeto de licitação para trazermos um parceiro que vai operar. Claro que parte do valor dessa concessão vai ser abatido daquele investimento total. Entendemos que o Estado tem que fazer essa aposta e, como não foi possível uma PPP no momento da construção, pelo menos desse empreendimento, nós vamos conseguir abater no futuro, quando da entrada desse operador, parte desse investimento, inclusive completando investimento com os carros necessários para conseguir atingir a capacidade máxima do sistema até 2050, que é justamente duplicar a capacidade de passageiros transportados, de 20 mil para 40 mil passageiros por hora por sentido, passando então de 200 mil para 400 mil viagens por dia.

Essa engenharia, que está sendo comandada pela PricewaterhouseCoopers, passa por reaver parte desse investimento sempre que entrar um parceiro nesses 2 empreendimentos, que são os mais significativos com relação à Copa.

Com relação ao turismo, eu tinha mencionado a quantidade de hotelaria, o aumento da hotelaria atual, o porte, para conseguirmos trazer os turistas. Mas entendemos também, a princípio, que esses investimentos não vão conseguir ter esse retorno, claro, como em nenhuma outra cidade em outro país que conseguiu sediar a Copa. Ainda mais porque temos uma divisão maior no Brasil. Todas as cidades-sede não vão conseguir, neste momento, ter os números de retorno. Sabemos que o principal legado realmente é a promoção de cada uma das cidades.

[P_626744] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:28 Taq.:Eva Rev.:



Manaus, como um destino ecológico muito grande, também vai se beneficiar enormemente dessa divulgação. Com isso, a cidade também terá o aproveitamento não somente em termos financeiros do momento Copa, mas também para conseguir trazer e viabilizar esses investimentos no âmbito do Governo Federal.

Quanto à licitação do projeto do estádio, não tivemos uma licitação, a exemplo de Cuiabá, pelos mesmos motivos: precisávamos de rapidez. O nosso valor chegou a 14 milhões e 900 mil. Então, um pouco acima do preço de Cuiabá. O nosso projeto é um pouco mais complexo e envolvia também alguns arredores, inclusive uma estrutura viária, que depois foi retirada do processo de licitação.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Foi a mesma empresa de Cuiabá, com relação ao projeto?

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Não. Nós tivemos a Stadion, com parceria com a GMP. Acredito que um dos arquitetos que realmente tem participação... O nosso colega aqui...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Em Cuiabá, o senhor sabe qual foi a empresa?

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - A GCP que fez o projeto em Cuiabá.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - No Amazonas foi a Stadion, que fez o de São Paulo também.

Então, lá também previa essa questão da certificação do projeto com o Selo Verde, que é o LEED, e, claro, chegava um projeto a ponto de ser licitado. Mas foi com a mesma pontualidade, uma contratação direta. Não tivemos nenhuma manifestação negativa dos órgãos de controle.

Aproveito essa questão dos órgãos de controle para falar sobre como temos dado publicidade à transparência de todo o nosso processo. Além do nosso portal, que é bastante rico em informação, temos feito reuniões periódicas, para a qual chamamos sempre a imprensa e também os órgãos de controle. Fazemos apresentação e colocamos a cara a tapa, como pode-se dizer, para receber todos os questionamentos.

Fizemos apresentações no Ministério Público Federal, no TSE, sempre colocando todos os contratos da Copa. O TSE tem sido bastante diligente no sentido



de pedir todos os processos, todas as informações dos contratos, inclusive chegando a ponto de se saber os pagamentos e as datas desses pagamentos. Então, temos feito isso com os órgãos de controle.

Com relação à sociedade, temos sempre estado presente. Por exemplo, no CREA, fizemos seguidas apresentações. Temos ido a eventos, para os quais somos seguidamente convidados, praticamente de ordem semanal, para fazer apresentações de todos os projetos, com valores e ordem, de tal sorte que a imprensa e a população têm sido bastante alimentadas com todas as informações necessárias.

Acredito que a recepção da população com relação a todas as outras cidades-sede tem sido bastante positiva. Temos números que mostram que, apesar de o investimento ser grande não somente com relação ao estádio, mas principalmente com relação à mobilidade urbana, a cidade percebe que é necessário até mesmo esse endividamento por parte do Estado para conseguir uma melhoria, que vai redundar inclusive em fatores econômicos positivos. Hoje em dia perdemos muito tempo da nossa força de trabalho em deslocamento, como, aliás, todas as outras cidades.

Sr. Presidente, havia uma série de questionamentos. Acredito que não deva ter conseguido endereçar todos eles. Peço aos Deputados ajuda, se possível, para que me lembrem um ou outro ponto que tenha ficado de fora.

Há um ponto, que vale a pena ser abordado, da Deputada Rebecca Garcia, com relação ao BRT de Manaus.

No que se refere ao BRT de Manaus, a Prefeitura havia sinalizado que não teria capacidade de endividamento como o Estado. Daí a extensão do Plano de Ajuste Fiscal, que vai ter de compor esses 230 milhões de reais que vão para o BRT e fecham o Anel do Monotrilho. É muito importante que esses projetos estejam integrados. Mas isso vai ser objeto desse estudo, desse montante que vai mostrar aos senhores a capacidade de endividamento do Estado como um todo.

Deputado, peço a V.Exa. e à Deputada que me ajudem com algum ponto que eu tenha deixado de abordar.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A Deputada Rebecca Garcia tem um questionamento.

[P45] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:29 Taq.:Lelaine Rev.:



A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Voltando à questão do BRT, o Estado ficaria responsável por essa parte que aparece a Prefeitura?

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - A princípio, isso foi um ajuste firmado entre o Governador Eduardo Braga e o Prefeito. Gostaríamos de ter um reforço desses interesses por parte da Prefeitura, mas o Estado entende que é importante para o sistema de transporte da cidade não fazer somente o Monotrilho, mas o BRT. Caso necessário, devemos ter capacidade de tomar esse empréstimo em nome da Prefeitura e repassar os recursos por meio de alguns convênios que imaginamos de outras melhorias na cidade.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Obrigada.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Como o senhor pediu para lembrar, quero saber se a questão do *lux* foi igual.

O representante de Cuiabá, Dr. Adilton, disse que não sabe o número de turista previsto. Manaus também não sabe?

Esse número é fundamental. Faz-se um projeto de viabilidade com a expectativa de receber um número de turistas. O Brasil espera receber 600 mil turistas. Para onde vão esses turistas?

Cuiabá e Manaus são 2 exemplos de sedes escolhidas para atrair turistas especificamente para isso. Eu fiquei um pouco surpreso de não ter essa informação.

Quanto os Estados de Mato Grosso e Amazonas vão gastar com a Copa? Qual é o número? Um bilhão, 2 bilhões? Incluindo financiamento, *funpark*, o que seja. Existe um número previsto, uma estimativa hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço ao Deputado Silvio Torres as palavras.

Recordo que foi muito debatida a questão da infraestrutura, principalmente dos aeroportos, da mobilidade. Mas quero lembrar um ponto que não foi muito bem esclarecido. Refiro-me à questão da preparação, principalmente da qualificação das pessoas que vão receber esses turistas. Não foi abordada essa questão que é de suma importância, até porque não adianta falarmos somente da questão de infraestrutura, pois o tempo está correndo. Temos de preparar essas pessoas para o curso de qualificação — polícia, guarda municipal, lojistas, hotéis, enfim, as pessoas que estarão envolvidas no evento.



Registro a minha satisfação de participar desta Comissão e, acima de tudo, de ser do Estado do Rio de Janeiro, que teve a oportunidade de sediar o Pan-Americano, mas muito pouco de legado ficou para a cidade. Quero aqui demonstrar a minha preocupação não somente com o período da Copa do Mundo, mas também com o fato de que, depois desse acontecimento que tenho certeza de que vai ser um sucesso para o País no que se refere à visibilidade e crescimento, esse legado possa efetivamente participar do dia a dia do cidadão dessas cidades.

Passo a palavra ao Sr. Adilton Sachetti para que faça as considerações finais.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Sr. Presidente, alguns questionamentos complementam o que disse inicialmente.

A nobre Deputada perguntou como vamos gerir os recursos. Nós somos uma entidade governamental. Todos os recursos vêm com destino AGECPA, mas caem na conta única do Estado. Há um gerenciamento igual ao recurso do Estado. Não podemos, por vontade própria, não seguindo as normativas de trâmite legal, usar qualquer recurso. Precisamos fazer todo o procedimento dentro da regra, e todo ele *pari passu* com o Tribunal de Contas.

Com relação à questão ambiental, vou tecer alguns números para vermos em que fase se encontra o nosso Estado. Hoje, praticamente 75% da sua receita advém do agronegócio, principalmente voltado para a soja e a carne. Nós temos ocupação de solo em nosso Estado — 66% da sua superfície intocada.

Quanto à matriz de geração de riqueza, o Estado optou pelo desenvolvimento do agronegócio. Podemos dizer, com tranquilidade, do trabalho que tem sido feito no lado ambiental. É o único Estado do Brasil onde os produtores estão estabelecidos. Para fazer as atividades produtivas, é preciso a Licença Ambiental Única — LAU.

Em função de tudo que ocorreu com a ocupação em outras épocas, hoje o Estado do Mato Grosso passa por um processo de ajuste de tudo o que houve e também desse passivo ambiental que todos os Estados brasileiros já têm encaminhado, por meio do MT Legal, um programa de ajuste dentro do próprio Estado. Sempre temos dito que, quando temos um limão, temos de fazer uma limonada. E dos problemas que vivenciamos em outra época, isso nos trouxe um aprendizado.

[P46] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:30 Taq.:Lelaine Rev.:



Atualmente, a ocupação existente no Estado tem sido feita dentro de critérios. O Estado trabalha muito nesse sentido. Não há como negar que vai haver ocupação em nosso Estado, porque é a última fronteira agrícola de ocupação no País. Mas tem de ser ocupado dentro de critérios técnicos, principalmente os de preservação. Assim temos feito.

A Copa do Mundo não é diferente nesse sentido. Nós somos pioneiros. Depois disso, passou a ser uma regra. O nosso projeto foi o primeiro a ser apresentado com a intenção de Certificação LEED para a FIFA. Depois passou a ser exigência da FIFA que todos os projetos tivessem a Certificação LEED. Quer dizer, já é um passo no sentido de mostrar à sociedade que queremos um novo momento para o Estado. Talvez sejamos o primeiro Estado — ainda não é, estamos dizendo isso em primeira mão — que vai trabalhar num projeto para que o nosso estádio obtenha Certificação Carbon Free. Ou seja, neutralizar 100% do carbono gerado com tudo o que vai ser ocupado para fazer o estádio dentro do próprio Programa MT Legal. Por exemplo, se temos um programa de recuperação das nascentes do nosso Estado, vamos incentivar o avanço desse programa, quantificar e auditar o que foi feito de preservação e recuperação das áreas. Essa recuperação nos dá créditos de carbono. Com esses créditos de carbono, nós neutralizaríamos a construção do nosso estádio, fazendo atos que promovem, além de nos trazer um estádio com um conceito ambiental correto, uma melhoria na qualidade de vida e recuperação do que eventualmente foi feito fora de critério, cumprindo a legislação ambiental. Portanto, há realmente muito interesse e esforço para fazer as coisas ecológica e socialmente corretas no Estado.

Por que a Prefeitura está fora se ela assinou o termo de responsabilidade? A Prefeitura realmente assinou, mas ela não tem hoje capacidade de financiamento. Pois bem. O Estado optou por bancar os custos. Houve anuência da Prefeitura para o Estado. A Prefeitura anuiu na execução das obras de mobilidade pelo Estado, mas em parceria, ouvindo os técnicos da Prefeitura. Na formação da agência, um dos diretores é indicado pela Prefeitura, ou seja, ele representa a Prefeitura dentro da agência. Os técnicos que trabalham dentro da mobilidade são oriundos do quadro da Prefeitura para haver sinergia e integração.



Temos consciência de que vamos fazer uma intervenção urbana, e quem vai fazer a gestão dessa intervenção da AGECPA é a Prefeitura.

Se estamos falando em BRT, quem vai operar o BRT são duas Prefeituras e não o Estado, porque elas são as detentoras da operação do transporte coletivo. Há o entendimento de que a Prefeitura não adentrou porque não tinha capacidade de financiamento. O Estado tinha, então avocou a ele a execução das obras pela sua capacidade.

Aqui também foi falado de quanto se vai gastar. Temos 1 bilhão alocado num orçamento já garantido pelo Fundo Estadual de Transporte e Transporte — FETAB, que não entra nas receitas correntes, por ser um fundo direto de arrecadação para investimentos. Parte desse fundo foi destinado e alocado para a Copa do Mundo e a outra parte, que já era usada para investimentos, compõe esse 1 bilhão disponibilizado.

Sobre o limite de endividamento, graças ao trabalho feito... Aqui está o Secretário do Planejamento à época, que trabalhou muito nesse sentido para sanear as contas do Estado, que por mais de 7 anos e no Governo anterior não captou recursos. Neste ano, temos disponível para captar recursos 1 bilhão e 300 milhões, já precificado pelo Tesouro Nacional, colocando a disponibilidade de contratação. Temos previsão de contratar 300 milhões, que é o limite do que o BNDES financia, 75% de 400 milhões, o estádio e entorno. Dos 481 milhões, temos 454 milhões que é o custo do BRT a ser implantado, que pleiteamos financiar. Temos 200 milhões no PRODETUR, temos investimentos que estão relacionados ao número de turistas que esperamos receber e as melhorias que se fazem necessárias nos locais turísticos do Estado que ainda não estão preparados para recebê-los.

Falamos em Bonito. Creio que a maioria aqui conhece Bonito ou ouviu muito sobre a cidade. Há uma cidade em Mato Grosso, Nobres, que é mais do que Bonito. É um lugar com as mesmas características de Bonito: formações de rocha calcária onde a água é cristalina, onde estão as nascentes do Rio Cuiabá, onde nasce a formação do Pantanal. Nobres tem a mesma riqueza paisagística de Bonito. Mas não há exploração nenhuma porque não há infraestrutura. Há problemas fundiários nessa região a serem resolvidos no INCRA para a regularização — já está

[p47] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:31 Taq.:Genilda Rev.:



encaminhado —, para se fazer os investimentos privados e a cidade receber turistas.

É importante ressaltar que um plano diretor em turismo já está sendo feito em nosso Estado. Ainda ontem houve uma reunião na AGECON com empresas de assessoria para planejarmos como encaminharemos todo esse desenvolvimento e essa oferta do nosso Estado ao mundo. O Pantanal mato-grossense é um patrimônio da humanidade muito pouco conhecido mundo afora. Os senhores têm oportunidade de viajar pelo mundo e se falarem sobre o Pantanal verão que poucos o conhecem. Ele está lá intacto, preservado. Ainda há muita coisa a ser ofertada para a sociedade conhecer.

Foi questionado sobre quanto o Estado vai gastar. Se há 1 bilhão de previsão de recurso próprio e mais 954 milhões de possibilidades de financiamento, dentro de 1 bilhão e 300 milhões, que é a nossa capacidade, pressupõe-se que temos, então, uma previsão orçamentária de 1 bilhão, 954 milhões, em torno de 2 bilhões de investimentos precificados neste momento.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - É o total do investimento a ser feito?

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Até agora, sim. Se o senhor me perguntar se esse é o total que vamos gastar, vou dizer que não.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Praticamente 1 bilhão é só para mobilidade urbana e estádio.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Mobilidade urbana, BRT e estádio fecham em torno disso.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Praticamente 1 bilhão.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Um bilhão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas depois há todas essas intervenções do PRODETUR.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Mas estamos colocando 2 bilhões no total, 1 bilhão, novecentos e poucos milhões — 1 bilhão de recursos próprio e 900...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A previsão de gastos é de 2 bilhões de reais?



O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Exatamente. Mas poderá ser ampliado. É o que eu disse: a cidade tem muito mais demanda do que 2 bilhões. Só dos corredores de ônibus, que eram num total de 6, praticamente dobra o valor do BRT. **Priorizamos** uma linha tronco e uma linha de abastecimento. Nesse sentido, estavam projetadas 6 linhas. Então, há mais recursos e, se houvesse possibilidade, iríamos fazer todos. Mas, pelo tempo, temos de priorizar o necessário — e o necessário que entendemos é isto aqui.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mais os investimentos do DNIT, em torno de 350 milhões...

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Mais os recursos do DNIT.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E mais do aeroporto...

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Noventa e seis milhões, se não me engano, é o que está previsto para o aeroporto. O Deputado Wellington pode confirmar. É em torno de 90 milhões. Ainda não há projeto definitivo, é só previsão orçamentária.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Na verdade, isso não atende.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Não atende ao que nós precisamos.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - O projeto da INFRAERO era construir um novo terminal, uma nova pista, e chegaria à casa dos 300 milhões.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI - Também queremos ressaltar, como foi dito aqui, os cursos de preparação. É uma coisa fundamental e já está iniciada em nosso Estado. Nós temos a parceria da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania com o Sistema FIEMT e outras entidades dos setores, com 2.014 vagas ofertadas — o número é significativo — para qualificação. Neste momento, já estão acontecendo cursos de qualificação, de formação de mão de obra voltadas, principalmente, para a construção civil. Por quê? Se estamos falando nesse volume de obras, um dos gargalos que vamos ter na cidade é mão de obra especializada em construção civil, porque será demandada de forma acentuada. Então, está-se trabalhando nesse sentido. Mas há previsão de parcerias

[p48] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:32 Taq.:Nelci Rev.:



no Governo do Estado para focalizar cursos voltados à qualificação e formação, principalmente de línguas, para se recepcionar as pessoas que vem de fora.

Por último, quero tecer um comentário sobre o compromisso da Copa do Mundo. Quando se assumiu a Copa do Mundo, esse compromisso foi assumido pelos Governos Estaduais, pelos Governos Municipais e pelo Governo Federal. O Governo Federal, até este momento... Aqui é uma cobrança no intuito de haver uma participação maior do Governo Federal no que é voltado a contribuir financeiramente com o evento. Nós falamos aqui em praticamente 2 bilhões de reais em investimentos de recursos próprios: empréstimos e recursos do cidadão do nosso Estado. Mas quem garantiu e deu o aval para a Copa do Mundo foi o Governo Federal. Então, neste momento, é importante que o Governo Federal pare, avalie o seu orçamento e se organize, de tal forma que possa injetar dinheiro a fim de atendermos as demandas necessárias para transformar as cidades e a sociedade que receberá a Copa do Mundo.

Como disse no início, o cidadão do Mato Grosso abre mão de 30% de um fundo de investimento para colocar na Copa do Mundo porque acredita que o evento trará benefícios futuros para o nosso Estado. Quando nos preocupamos em gastar todo esse dinheiro, estamos preocupados com o futuro do nosso Estado, com uma nova matriz econômica. Nós temos hoje a base do Mato Grosso voltada para o agronegócio e nos parece que temos oportunidade de ofertar ao mundo um Estado diferente, um Estado onde as belezas naturais estão lá pra quem quiser conhecer. E são todos bem-vindos. É um Estado de baixa densidade populacional, que precisa ser mostrado, e a Copa do Mundo é a oportunidade. Se olharmos economicamente não há viabilidade econômica de estádio em curto espaço de tempo. Não temos hoje, porque nem time em primeira divisão temos. Vai ser difícil. Agora, se olharmos a Copa do Mundo como um *start*, como um arranque para uma nova atividade econômica, que é o turismo e o ecoturismo, estamos fazendo um investimento para colher os frutos a longo prazo.

Seria isso que teríamos a dizer. Se houver necessidade de mais algum esclarecimento, estaremos à disposição.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Obrigado, Sr. Adilton Sachetti.

Passo a palavra, para as considerações finais, ao Sr. Rodrigo Camelo, Secretário-Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Deputado, já pedi informações atualizadas à SEFAZ, nossa Secretaria de Fazenda. Nós temos a capacidade de endividamento total de 12 bilhões, da qual já comprometemos 2,3 bilhões no passado, mas temos o total de 12 bilhões de capacidade de endividamento.

O Estado, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, pode comprometer até 16% do orçamento. Portanto, podemos adquirir, por ano, ainda mais 1 bilhão de...

A saúde financeira do Estado do Amazonas **é realmente** louvável, por conta da administração. No passado, não pegamos muitos empréstimos, a não ser um grande no Banco Mundial para o programa de reurbanização de algumas áreas e de saneamento básico — aquele que mencionei, o PROSAMIM. Então, ficamos tranquilos com relação a esses números.

Confirmei com eles todo o nosso volume de investimentos que vai chegar em torno de 2,3 bilhões, um pouco mais do que a cidade de Cuiabá. Temos aqui uma obra de mobilidade urbana um pouco maior. Esse número realmente é preliminar, mas ele está compondo 1 bilhão dos empréstimos, juntando arena e mobilidade urbana. Claro, estamos colocando aí as contrapartidas do Estado — a parte do gerenciamento dessas obras, o centro de treinamento e as infraestruturas do entorno necessárias para o Media Center e o TV Compound —, atualmente em torno de 2,3 bilhões, mas a nossa capacidade de endividamento... Como tinha alertado anteriormente, na verdade, o Plano de Ajuste Fiscal estava comprometendo um pouco desse orçamento possível.

A ponderação do nosso companheiro de Cuiabá é bastante oportuna porque, a exemplo do que acontece em Cuiabá e nas outras sedes, todo esse recurso é do Governo do Estado. Consideramos uma grande ajuda, claro, receber esse aporte de 1 bilhão, de possibilidade de financiamento, mas é uma conta que, de qualquer forma, vai ter de ser paga pelo Estado a longo prazo.

[p49] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:33 Taq.:Nelci Rev.:



Lembrei também de participação...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Só para esclarecer.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Por favor.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O Governo Federal, na verdade, só vai colocar dinheiro no aeroporto?

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Só no aeroporto.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Aliás, ainda vai colocar.

O SR. RODRIGO CAMELO DE OLIVEIRA - Vai colocar. Não há nem previsão inclusive para a infraestrutura portuária, muito importante para as duas cidades. Para Manaus, inclusive, depende muito do nosso tráfego de turistas.

Vou voltar a falar um pouco sobre a necessidade técnica da iluminação do estádio. Como disse, já colocamos no processo licitatório a recomendação técnica da FIFA — a quantidade de *lux* necessária inclusive para transmissão. Consideramos, sim, que aquele tipo de equipamento que vai ser colocado lá não será necessário depois da Copa. Nós temos planos de depois fazer uma... Nós queremos colocar nos nossos outros estádios, mas estamos pensando em fazer por contrato de aluguel e renegociar uma redução do custo com a construtora, já que tinha sido *turn key*. Em tempo de projeto executivo, conseguimos fazer esse tipo de ajuste.

Uma contribuição importante que o Governo Federal tem dado — isso vem ao encontro da sua pergunta com relação à estimativa de turistas — é fazer pacotes turísticos. Isso foi bem colocado pelo Ministério do Turismo no terceiro seminário das cidades-sede, no qual estiveram as outras 12 cidades com o Governo Federal e a FIFA. Ou seja, montar pacotes nos quais o turista venha ao Brasil e não se concentre na floresta amazônica, no Pantanal, no Rio de Janeiro. A ideia é fazer...

Como foi apresentado, acho oportuno, quando se for tratar desse assunto, trazer um representante do Ministério. Eles têm estimativas de entrada de turistas no Rio de Janeiro, cujo roteiro turístico será, por exemplo: Rio de Janeiro/Cuiabá/Manaus. Outro: São Paulo/Bahia e o restante do Nordeste. Esse tipo de trabalho com o Governo Federal é que vai realmente trazer o turista, não somente aquele que virá para assistir aos jogos no Amazonas, mas também para



visitar o Brasil de forma geral e facilitar o acesso a mais cidades-sede, distribuindo o fluxo de turistas como um todo.

Importante é mencionar a legislação ambiental avançada que o Governo do Amazonas tem. Está preservada 98% da nossa floresta nativa, inclusive com projetos já em funcionamento de neutralização de carbono. Mencionamos o projeto da Reserva do Juma, em parceria com o Marriott. Temos o plano geral para o Estado de realmente fazer a carboneutralização focada na vinda de cada um dos torcedores.

Temos um cálculo que está sendo levado em consideração: se o turista vem de avião, ele vai gastar na sua viagem um percentual de emissão de carbono, assim como na sua estada, nos hotéis. Com isso, conseguiremos vender essa imagem e capitalizar a possibilidade de neutralização, fazendo um modelo economicamente sustentável para colocar no evento o Selo Verde e ambientalmente sustentável para a cidade de Manaus.

Diria que há apenas dificuldade razoável, beirando a facilidade, dada a quantidade de reservas, de unidades de conservação ambiental que temos no nosso Estado. Nós somos o Estado com o maior número de unidades de conservação ambiental — algo natural — e fazemos projetos para que elas fiquem sustentáveis economicamente, através de um fundo gerenciado pela Fundação Amazonas Sustentável, que faz a administração e compartilha a responsabilidade de fiscalização da floresta, junto com os habitantes, com o Bolsa Floresta.

Realmente essa preocupação ambiental é latente — e deveria realmente ser latente para o Estado do Amazonas.

Também temos preocupação com a carboneutralização desse evento.

Sr. Deputado, estou à disposição para qualquer outro questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Não havendo mais quem quera fazer uso da palavra, agradeço a todos os senhores a participação, principalmente ao Sr. Rodrigo Camelo, Secretário-Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, e ao Sr. Adilton Sachetti, Diretor-Presidente da AGE COPA — Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal-FIFA 2014 do Estado de Mato Grosso. Com certeza, a participação dos senhores muito vai colaborar para o nosso trabalho.

[P50] Comentário: Sessão:0379/10
Quarto:34 Taq.:Eliana Rev.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

COM REDAÇÃO FINAL

Nome: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Número: 0379/10

Data: 15/04/2010

Agradeço também a participação ao Presidente desta Comissão, Deputado Silvio Torres, à Deputada Relatora Rebecca Garcia.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando os Srs. Deputados para a reunião deliberativa da Comissão, marcada para o dia 27 de abril, quarta-feira, às 9h30, no Plenário 9.

Muito obrigado.